



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

**ANNA KARINA CAVALCANTE DE OLIVEIRA**

**PRIMAVERA DAS MENINAS: ENCONTRO DOS FEMINISMOS COM AS  
ESCOLAS E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS EM DIÁLOGO COM A SOCIOLOGIA.**

**FORTALEZA**  
**2025**

ANNA KARINA CAVALCANTE DE OLIVEIRA

PRIMAVERA DAS MENINAS: O ENCONTRO DOS FEMINISMOS COM AS ESCOLAS  
E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS EM DIÁLOGO COM A SOCIOLOGIA.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado na Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Educação, Escola e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- O45p     Oliveira, Anna Karina Cavalcante de.  
            Primavera das Meninas: : Encontro dos feminismos com as escolas e propostas pedagógicas em diálogo com a sociologia. / Anna Karina Cavalcante de Oliveira. – 2025.  
            74 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2025.  
            Orientação: Prof. Dr. Monalisa Soares Lopes .
1. juventude. 2. feminismo. 3. movimento estudantil. 4. ciberativismo. 5. intervenções pedagógicas. I.  
            Título.

CDD 301

---

ANNA KARINA CAVALCANTE DE OLIVEIRA

PRIMAVERA DAS MENINAS: O ENCONTRO DOS FEMINISMOS COM AS ESCOLAS  
E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS EM DIÁLOGO COM A SOCIOLOGIA.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado na Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Educação, Escola e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes

**Aprovado em:** 26/08/2025

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dra. Monalisa Soares Lopes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dra. Raquel Carine de Moraes Martins  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

## RESUMO

Este estudo propõe uma abordagem sociológica e histórica analisando o papel do Movimento Estudantil, do feminismo e do ciberativismo, assim como iniciativas pedagógicas na luta contra o machismo nas escolas. O objetivo geral é problematizar as marcas do machismo estrutural nas escolas, e os objetivos específicos são: refletir sobre o papel da escola no enfrentamento ao machismo e a criação de materiais pedagógicos para promoção da equidade de gênero na escola. O texto destaca a onda de Ocupações de Escolas de 2015 e 2016, que teve a liderança de meninas e, junto ao ciberativismo, amplificou a força para a juventude estudantil. Nesse sentido, partimos de nossas experiências ao acompanhar como as lutas escolares se articularam com a criação de um Núcleo de Estudos de Gênero em 2015. Outro aspecto abordado na construção do trabalho foi o movimento #exposedfortal de 2020, que utilizou as redes sociais como ferramenta para denunciar assédios sexuais praticados por professores homens. Argumentamos que a escola é um espaço onde a violência de gênero persiste e que os feminismos, ao chegarem nas juventudes, podem visibilizar e transformar comportamentos abusivos. O estudo destaca os desafios e obstáculos no enfrentamento ao machismo no ambiente escolar, enfatizando as dificuldades em denunciar casos de assédio sexual na ouvidoria da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), que devolve as denúncias para a gestão escolar, expondo as denunciantes, que passam a sofrer assédios morais. Por fim, o estudo apresenta duas propostas de intervenção pedagógica que vêm sendo aplicadas nas aulas de ciências humanas, articulando os olhares sociológico e histórico para as questões de gênero. A primeira, um projeto antiassédio de Não é Não, usando como referencial sociológico o carnaval debatendo as questões comportamentais de assédio e aspectos para sua identificação; e a segunda proposta pedagógica, é uma proposta que promove e visibiliza a presença de mulheres nos conteúdos curriculares de História, Filosofia e Sociologia, conforme a Lei 14.986/2024. Este estudo evidencia que a luta contra o machismo assume diversas formas no contexto escolar, desde a mobilização e organização das estudantes até a incorporação do conteúdo no espaço da sala de aula, destacando a responsabilidade escolar nesta árdua tarefa.

**Palavras-chave:** juventude; feminismo; movimento estudantil; ciberativismo; intervenções pedagógicas.

## ABSTRACT

This study proposes a sociological and historical approach to examining the role of the Student Movement, feminism, and cyberactivism, as well as pedagogical initiatives in the fight against sexism in schools. The overall aim is to question the marks of structural sexism within schools, while the specific objectives are to reflect on the school's role in addressing sexism and to develop pedagogical materials that promote gender equity in education. The text highlights the wave of School Occupations in 2015 and 2016, led largely by young women, which—together with cyberactivism—amplified the strength of the student movement. From this perspective, we draw on our own experiences in observing how school-based struggles were connected to the creation of a Gender Studies Center in 2015. Another key point discussed in this work is the #exposedfortal movement of 2020, which used social media as a tool to expose sexual harassment perpetrated by male teachers. We argue that schools remain spaces where gender-based violence persists, and that feminism, when embraced by younger generations, can shed light on and transform abusive behaviors. The study also underscores the challenges and obstacles in confronting sexism in schools, with particular emphasis on the difficulties of reporting sexual harassment cases through the Ceará Department of Education (SEDUC). Complaints filed through its ombuds office are often redirected back to school management, thereby exposing the victims and subjecting them to further moral harassment. Finally, the study presents two pedagogical intervention proposals currently being applied in humanities classes, combining sociological and historical perspectives on gender issues. The first is an anti-harassment project, “No Means No,” which draws on the sociological lens of carnival to discuss behavioral aspects of harassment and how to identify them. The second pedagogical proposal focuses on promoting and making visible the presence of women in the curriculum of History, Philosophy, and Sociology, in line with Law 14.986/2024. This study demonstrates that the fight against sexism takes multiple forms within the school environment—from student mobilization and organization to the integration of content in the classroom—highlighting the responsibility schools bear in this demanding task.

**Keywords:** youth; feminism; student movement; cyberactivism; pedagogical interventions.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Atividade com Rosilene, mãe de Stefhani Brito em 2018.	30
Figura 2 – Cartaz produzido por alunos: "O que pode e o que não pode no carnaval"	55
Figura 3 – Cartaz produzido por alunos: "Carnaval - O que pode? O que não pode?"	55



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Plano da aula 01 do projeto Carnaval sem assédio	47
Tabela 2 – Plano da aula 02 do projeto Carnaval sem assédio	50
Tabela 3 – Intervenções realizadas ao longo do conteúdo de Ciências Humanas.	56
Tabela 4 – Plano de aula: Mulheres no movimento do cangaço.	60
Tabela 5 – Plano de aula: a liderança feminina em Tereza de Benguela	62

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>ESCOLA, JUVENTUDES E A LUTA POR DEMOCRACIA</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>FEMINISMOS E O CIBERATIVISMO</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DE COMBATE AO MACHISMO NA ESCOLA</b>	<b>46</b>
<b>4.1</b>	<b>Plano de aula: Carnaval sem assédio</b>	<b>47</b>
<b>4.2</b>	<b>Pensar sociológico nas disciplinas de Ciências Humanas</b>	<b>56</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>67</b>
	<b>APÊNDICE A: LETRA DA MÚSICA “MEDLEY INGARATÁ 3” DE MC NEGÃO</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho de pesquisa propomos uma abordagem sociológica e histórica sobre a luta contra o machismo nas escolas, que envolve compreensão sobre o papel de atores como o Movimento Estudantil e a vanguarda de meninas, destacando o contexto político em que se retroalimentam com o feminismo e o ciberativismo<sup>1</sup>, assim como a relevância de iniciativas pedagógicas no contexto da sala de aula. Nosso objetivo geral é problematizar as marcas do machismo estrutural nas escolas, e os objetivos específicos são: refletir sobre o papel da escola no enfrentamento ao machismo e a criação de materiais pedagógicos para promoção da equidade de gênero na escola.

Compreendemos que no decorrer da história, as juventudes estudantis produziram diversas formas de luta, com objetivos que em geral levaram a transformar a educação. Tomando como referência a transformação escolar e os diversos movimentos de protagonismo juvenil, observamos mobilizações recentes nas escolas, como: a onda nacional de Ocupação Estudantil nas Escolas (2015 e 2016) com a liderança de meninas, que, aliado aos movimentos chamados de ciberativismo ganharam vários contornos; recentemente no ano de 2022, já no modo presencial, protestos em portas de escolas no Ceará por vários motivos, como no caso da tentativa de estupro de um aluno do 3º ano, contra uma aluna de 14 anos, no Colégio da Polícia Militar em Fortaleza<sup>2</sup>, ou da falta de estrutura como ocorreu na Escola Liceu do Ceará<sup>3</sup>, onde estudantes, professores e mães se mobilizaram, ou protestos ainda por assédios sexuais praticados por professores, já que mesmo após as denúncias virtuais em 2020, dos #exposedFortal<sup>4</sup>, a situação não mudou, visto que o machismo é superestrutural e precisa de medidas de intervenção permanente<sup>5</sup>. Tais movimentos serviram de exemplo e inspiração a outros que não param de surgir. Isso reforça a percepção de que a educação requer mudanças e será sobre elas que iremos tratar neste trabalho.

---

<sup>1</sup> Segundo o periódico da Forbes, Ciberativismo refere-se ao uso de ferramentas e plataformas digitais para se envolver em atos de defesa e protestos. Leia mais em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/06/o-que-e-ciberativismo/>

<sup>2</sup> Caso de tentativa de estupro em Colégio da Polícia Militar em Fortaleza em nov de 2022, no site <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/11/03/pais-e-alunos-protestam-apos-tentativa-de-estupro-no-colegio-da-policia-militar-em-fortaleza.ghtml>

<sup>3</sup> Ato em frente a Escola Liceu do Ceará, por melhores estruturas em abr de 2022, no site <https://www.youtube.com/watch?v=tGKYRx2myuQ&t=114s>

<sup>4</sup> O que foi o #ExposedFortal <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/06/25/exposedfortal-apos-denuncias-e-repercussao-nas-redes-dois-boletins-de-ocorrencia-sao-feitos-sobre-caso.ghtml>

<sup>5</sup> As denúncias sobre assédio sexual, de professores para com estudantes, continuaram em 2022. Vejamos matéria de mar de 2022 <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/03/17/estudantes-de-escola-fazem-protesto-afirmando-que-jovens-foram-vitimas-de-assedio-por-professores-em-fortaleza.ghtml>

Nosso ponto de partida para realização deste trabalho são as repercussões do movimento de estudantes feministas que se deu nas redes sociais em tempos de pandemia, o ano foi 2020, e o movimento ficou conhecido como #exposedfortal. Para entender o movimento #exposedfortal cabe observarmos os avanços populares na internet, que nos chegam aos olhos, inicialmente, como um espaço democrático, por pouco tempo e antes da dominação de corporações de plataformas digitais associadas ao crescimento da extrema direita<sup>6</sup> e a onda de masculinistas misóginos<sup>7</sup> como vemos com muita força atualmente<sup>8</sup>.

O chamado espaço democrático nas redes sociais, como veremos a seguir, tem a ver com a voz que alguns movimentos de mulheres alcançaram, seja para declarar ideias feministas ou promover mobilizações. A internet é uma ferramenta que se tornou acessível para um número cada vez maior de pessoas e entre o público que mais utiliza essa ferramenta estão as jovens estudantes<sup>9</sup>. As redes sociais se tornaram um lugar de muitas práticas, boas e/ou ruins. Mas sem sair do foco, abordamos o papel que as redes sociais tomaram em 2020 como um porta voz de juventudes estudantis e feminista que encontrou na internet uma ferramenta de denúncia de violências e opressão praticado há décadas no chão da escola, por quem é influente e cumpre um papel de boa moral e ética, somado ao status de sábios e, portanto, inquestionáveis, como alguns dos professores homens.

A busca por compreender os fenômenos juvenis escolares no enfrentamento do machismo escolar se dá pela lente de uma professora mulher feminista, atenta aos papéis de gênero dentro e fora da escola, que se vê parte do processo de transformação que ora avança e ora retrocede contra nossos corpos femininos, sejamos estudantes ou professoras.

Com base no cuidado das meninas, criamos um Núcleo de Estudos de Gênero no ano de 2015, com reuniões no contraturno pois muitos professores não permitiam que alunos saíssem durante aulas para debater gênero, as pautas eram construídas pelas demandas do momento, como uso do banheiro, nome social, violência contra mulheres, etc e a coordenação do núcleo se dava por duas professoras: eu, Anna Karina, e uma colega professora de sociologia, Marilene Banhos. O núcleo (re)existiu na escola que lecionei por alguns anos, fazendo debates, enfrentando a estrutura escolar que é refratária a discutir gênero, seja não

<sup>6</sup> Homens que controlam as Big techs colocam em risco processos políticos como a democracia. Vejamos na matéria: <https://diplomatique.org.br/big-techs-desafiam-a-democracia-e-favorecem-a-extrema-direita/>

<sup>7</sup> Alguns conceitos sobre a cultura masculinista dos dias atuais <https://observatorioseguranca.com.br/cultura-masculinista-e-o-discurso-de-odio-na-internet/>

<sup>8</sup> Masculinistas: movimentos de superioridade masculina; extrema-direita: se traduz no fascismo ou nazismo que pregam o nacionalismo ao extremo, o autoritarismo e a xenofobia, dentre outros ódios; misoginia: é o ódio, preconceito ou aversão às mulheres.

<sup>9</sup> Alto número de crianças e jovens que acessam a internet no Brasil: [https://andi.org.br/infancia\\_midia/no-brasil-85-das-criancas-tem-acesso-a-internet-e-mais-da-metade-ja-tem-celular/](https://andi.org.br/infancia_midia/no-brasil-85-das-criancas-tem-acesso-a-internet-e-mais-da-metade-ja-tem-celular/)

dispondo de espaço (sala) e hora-aula para tal, seja não dando visibilidade às ações desenvolvidas na página do instagram da escola<sup>10</sup>.

A dificuldade do debate de gênero na escola ocorreu concomitante ao assédio sexual de alguns professores homens contra meninas estudantes, como revelou o movimento #exposedfortal. Foi nesse lugar que me encontrei, fazendo denúncias anônimas na ouvidoria da Secretaria de Educação - SEDUC, infrutíferas, pois não se via resolução do problema e as denúncias que chegavam à ouvidoria da SEDUC eram apenas devolvidas à gestão escolar, expondo a denunciante.

Existe uma caminhada no movimento de mulheres ou movimentos feministas que precisa ser bem analisada para uma melhor compreensão de avanços por direitos e respeito com grande receptividade nas juventudes. Através das redes sociais, esse encontro de três movimentos distintos se tornou potência: o movimento de juventude estudantil, somado ao movimento feminista e o encontro dos dois com o ciberativismo; o que afetou comportamentos fora e dentro das escolas. É a partir dessa experiência que neste trabalho buscamos apresentar o espaço escolar como um espaço onde existem violências de gênero que já deveriam ter sido superadas e mostrar que o Feminismo quando chega na juventude e na escola tem o poder de transformar comportamentos abusivos cometidos, inclusive por quem deveria proteger.

Nosso estudo vai ao encontro dos achados da socióloga Ilse Scherer-Warren, em seu trabalho 'Das mobilizações às redes de movimentos sociais' (2006), que apontam uma evolução das mobilizações para redes mais complexas, onde as diferentes formas de organização acompanham as mudanças tecnológicas. Observa-se movimentos buscando formas de conectar pessoas ao redor do mundo e ganhar forças através de uma identificação comum, uma luta que muitas pessoas se identificam, como por exemplo, o assédio sexual, que vai encontrando eco em várias mulheres de diferentes espaços da sociedade contra os assediadores.

Esse debate é fundamental para apresentar aos professores que assédio é crime e que lugar de assediador não é conduzindo meninas e meninos em sala de aula, escolas ou instituições administrativas que deveriam cuidar, proteger e ensinar; mostrar que o feminismo vem para somar-se ao processo pedagógico e agregar boas relações que levam a uma melhor e maior interação entre os agentes pedagógicos como bem defendeu Bell Hooks (2019), é não

---

<sup>10</sup> Trabalho apresentado sobre a atuação do Núcleo de Estudos de Gênero na Escola Adauto Bezerra no repositório da Universidade Federal do Ceará/UFC no ano de 2018. Ver no site: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41107/1/2018\\_eve\\_mmbnogueira.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41107/1/2018_eve_mmbnogueira.pdf)

negligenciar os sinais dos tempos feministas. As estudantes também são protagonistas do processo de ensino aprendizagem e precisam ser ouvidas.

Seguindo a nossa reflexão, questionamos o que a Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC – tem feito para combater e prevenir os assédios? Sabemos que existe a ouvidoria que recebe denúncias, porém a prática da ouvidoria da SEDUC tem sido devolver o email de denúncia na íntegra para o gestor escolar, expondo o(a) denunciador(a), e o que muitas vezes ocorre é quem faz a denúncia receber punição por ter colocado a escola e seus gestores em uma situação de exposição diante da SEDUC, esquecendo quem cometeu o crime de assédio sexual e punindo os denunciadores como se fossem os inimigos da escola. Nesses casos, é importante destacar que a Secretaria de Educação do Ceará estabeleceu o POP (Procedimento Operacional Padrão), que traz um passo a passo, em que o gestor deve seguir quando recebe uma denúncia na escola, comunicando a própria SEDUC.

Não há, porém, um canal de denúncias que seja seguro para quem denuncia, preservando o anonimato, podendo ser um QR code em que a vítima possa denunciar os assédios sexuais, sem precisar passar pelos responsáveis da escola, mas sim diretamente ao Conselho Tutelar ou ao Ministério Público, que, com toda a preparação que possuem no acolhimento às vítimas, possam acionar a escola e iniciar um processo de investigação. Essa iniciativa poderia se beneficiar de propagandas deste canal de denúncias em vários espaços escolares, que não precisaria estar atrelado à estrutura de poder e controle da escola.

Há também dois espaços na escola que podem servir como rede de apoio, denúncias e proteção contra o assédio sexual no ambiente escolar. O Conselho Escolar que consta na Constituição Cidadã de 1988 em seu Art. 206 que descreve os princípios do ensino, onde um deles versa sobre gestão democrática, porém muitos Conselhos Escolares são controlados pela própria gestão cabendo a esta aplicar o que entende de democracia escolar ou simplesmente negligenciar denúncias e casos.

E o outro espaço que existe desde 2002 foram as Comissões de Prevenção e Proteção à violência de Crianças e Adolescentes, criadas no Ceará através da Lei Estadual nº 13.230/02, que aponta para casos de violências doméstica sofrida por estudantes, crianças e adolescentes, e que reforça o que o Estatuto da Criança e Adolescente/ECA. As Comissões propostas pela Lei, no entanto, não garantem formação aos professores para identificar as nuances das violências, contribuindo para a efetividade da própria lei:

Art. 3º A Rotina de Atendimento na Escola constará de:

I – identificação de sinais que possam indicar a presença de violência doméstica física, negligência - psicológica e sexual

II – notificação obrigatória de todos os casos à Delegacia da Criança, Conselho Tutelar ou Ministério Público Estadual, de acordo com os artigos 13 e 245 de Lei Federal 8.069/90;<sup>11</sup>

O parágrafo II do Art 3º deixa nítido que os casos de violências devem ser encaminhados para os devidos espaços já garantidos pelo ECA, Lei 8.069/90, coisa que geralmente não é feita nas escolas, pois as gestões decidem sobre os casos e às vezes informam apenas a Secretaria de Educação. Em 2010, passados oito anos da aprovação da legislação só existiam Comissões de Proteção a Violência em 28% das escolas estaduais, segundo o Tribunal de Justiça do Ceará<sup>12</sup>, porém em 2020, no mesmo ano que houve as denúncias de assédios sexuais nas redes sociais, o #exposedfortal, a Lei foi alterada pela Lei 17.253<sup>13</sup>, de 29 de julho de 2020, atualizando as Comissões de Proteção e Prevenção à Violência contra crianças e adolescentes nas escolas da rede pública e privada do Estado do Ceará. E em 2021 as escolas estaduais de Fortaleza receberam formação para Comissão de Proteção, junto a Secretaria da Educação (Seduc), em parceria com o Centro Universitário Fametro (Unifametro) e a Visão Mundial<sup>14</sup>. Esses processos revelam como a mobilização promovida pelo #exposedfortal teve repercussões normativas e de orientação para a política educacional. Tais repercussões seguem acontecendo. Em 2024 a prevenção a violência nas escolas no Ceará ganhou força com a cartilha de orientação metodológica<sup>15</sup>.

Como afirmado anteriormente, nosso ponto de partida seria compreender mais minuciosamente as repercussões em termos de mobilização política e educacionais do movimento #esposedfortal. No entanto, a distância temporal entre o ocorrido e a realização da pesquisa, além de outros aspectos que atingiram a trajetória pessoal da pesquisadora, entre os quais se destaca a saída do colégio em que coordenava o Núcleo de Gênero, inviabilizaram a realização do plano inicial.

Apesar desses obstáculos, decidimos não abrir mão das reflexões já traçadas nesse caminho. Já na nova escola, decidimos retomar as iniciativas pedagógicas na temática de

<sup>11</sup> A Lei 13.230/02  
<https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/3624-lei-n-13-230-de-27-06-2002-d-o-27-06-02>

<sup>12</sup> Matéria do Tribunal de Justiça do Ceará sobre a negligência do cumprimento da Lei 13.230/02  
<https://www.tjce.jus.br/noticias/72-das-escolas-nao-tem-comissao-contra-violencia/>

<sup>13</sup> Lei 17.253/20  
<https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/direitos-humanos-e-cidadania/item/7420-altera-a-lei-n-13-230-de-27-de-junho-de-2002>

<sup>14</sup> Curso de orientação para os professores que irão compor as Comissões de Prevenção e Violência em Fortaleza  
<https://www.seduc.ce.gov.br/2021/05/19/escolas-estaduais-de-fortaleza-recebem-formacao-para-comissoes-de-protecao/>

<sup>15</sup> Sobre o lançamento da cartilha de orientações metodológicas de combate a violências  
<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2024/03/12/prevencao-a-violencia-na-escola-no-ceara-ganha-forca-de-cartilha-de-orientacao.html>

gênero, a fim de visibilizar e potencializar as discussões e mobilizações juvenis em torno do enfrentamento ao machismo. Em nossa primeira iniciativa, retomamos a discussão sobre assédio, mobilizamos o contexto do carnaval como mote para impulsionar a discussão, mas pretendemos que a reflexão fosse além, incorporando o reconhecimento do fenômeno para todos os espaços da vida social, inclusive a escola.

Nesse sentido, entendemos que o trabalho aqui apresentado apresenta um continuum em que a partir de uma experiência de forte mobilização que trouxe repercussões para a vida das jovens estudantes, para o ambiente escolar, a política educacional e a trajetória pessoal e profissional da pesquisadora, o #expodesfortal, impacta o desenho, planejamento e execução de outras ações pedagógicas na temática de gênero. É esse percurso que o trabalho pretende mostrar.

Os procedimentos metodológicos que constituíram o trabalho contaram com a análise de material exploratório e descritivo de materiais de imprensa em site de jornais e de fontes bibliográficas com obras de conceitos e história do protagonismo juvenil, do movimento feminista com o ciberativismo. O desenho das duas propostas de intervenção pedagógica também é apresentadas, incluindo relatos de experiências bem-sucedidas sobre a incorporação de um olhar sociológico abordando gênero nos conteúdos nas aulas de História, Sociologia ou de eletivas.

A primeira intervenção pedagógica se insere em um momento específico, início do ano letivo para demarcar o propósito de uma educação anti-machista, no mês de fevereiro e início de março, por ser próximo ao carnaval e ao 8 de março (Dia Internacional da Mulher). Trata-se de um projeto anti-assédio ou “Não é Não”, em que já nas primeiras aulas de sociologia trazemos a discussão sobre o que é o assédio e como identificá-lo. Aqui mobilizamos fortemente a noção de desnaturalização proposta pelo ensino de sociologia. Ao observar situações cotidianas e corriqueiras em contextos festivos como o carnaval, propomos um estranhamento dessas práticas que revelam conteúdos machistas e abusivos na interação.

A segunda intervenção pedagógica que vai ao encontro da Lei 14.986/2024<sup>16</sup>, que garante a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. A proposta pedagógica é um Pensar Sociológico nas disciplinas Eletivas e de História com uma construção constante no diálogo de gênero em todas as temáticas abordadas, pois garante a presença de mulheres nos conteúdos em que antes eram invisibilizadas durante todo

---

<sup>16</sup> Lei 14.986/24 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/114986.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114986.htm)



o ano letivo. As pesquisas que apresentam mulheres na construção histórica e social em nosso país são muito recentes e outras ainda estão por ganhar visibilidade.

Considerando que o machismo é estrutural e por isso relega as mulheres à invisibilidade na História e nas ciências, como sujeitos de transformação social, é preciso explorar a realidade em que se encontram nossas escolas e buscar entender quais suas dificuldades para que possamos nos aproximar de uma superação do machismo. Afinal as escolas possuem responsabilidades sociais.

## 2 ESCOLA, JUVENTUDES E A LUTA POR DEMOCRACIA

De tempos em tempos, o protagonismo estudantil tenta mover a educação brasileira, apresentando-se de forma plenamente democrática, na medida em que para ser democrática é preciso ser um movimento que ocorre de baixo para cima, por isso o protagonismo estudantil é o maior elemento desse processo de mudanças democráticas e aqui expressarei o caso das Ocupações de Escolas como exemplo. O oposto acontece na categoria de professores que está acostumada a sentir o peso da verticalidade das mudanças, onde o corriqueiro são orientações e normas educacionais vindas de cima para baixo, como faz o Ministério da Educação, por exemplo. Orientações essas feitas sejam por técnicos educacionais que não vivenciam o chão das escolas ou por empresas privadas<sup>17</sup> e consultora do Banco Mundial, que mais recentemente, vêm influenciando transformações de olho nos recursos milionários da pasta no Ministério da Educação, tal como vem fazendo no episódio do Novo Ensino Médio, pauta essa já discutida desde 2016 quando centenas de escolas foram ocupadas em todo o país, Ana Júlia Pires Ribeiro foi uma das estudantes líderes que ocupou escola e fez um discurso emocionado na Assembleia Legislativa do Paraná, veja um trecho do artigo de Marina Rossi:

“A quem a escola pertence?”, questionou ela logo de cara, lembrando que o ‘rolo compressor’ das reformas vai chegar a seus filhos e netos. “A reforma na educação é prioritária, mas precisa ser debatida, conversada”, defendeu ela na tribuna. (Rossi, 2016).

Ana Júlia Pires Ribeiro, é um exemplo de lideranças juvenis femininas que se destacaram na luta de Ocupações de Escolas contra a privatização da educação pública em 2016, porém a luta estudantil foi apenas o início que possibilitou um amadurecimento político fazendo com que Ana Júlia continuasse avançando politicamente assim como toda uma geração que ocupou escolas. Ana Júlia foi candidata a vereadora em 2020 e assumiu a suplência na Câmara Municipal de Curitiba. Em 2022 foi eleita a mais nova Deputada Estadual da Assembleia Legislativa do Paraná, reafirmando que há um espaço importante para a luta feminista que vinha em um crescente da vanguarda estudantil de 2016 e vai somar a

---

<sup>17</sup>A Seduc Ceará tem contratos com empresas terceirizadas para formação de professores como a empresa Porvir, que tem como Conselheiros da Diretoria da empresa nomes de peso como gerente de operações e diretora executiva do Centro Lemann, cofundador da Agência Mural de Jornalismo das Periferias, administrador escolar da Escola Livre Areté, cofundadora da Camino Education, consultora do Banco Mundial, coordenador de Ciência e Inovação Proz Educação. Informação sobre quem é a Porvir podemos encontrar no site <https://porvir.org/sobre-nos/> e as relações de contratação da empresa Porvir com a Seduc Ceará podemos encontrar nos sites <https://porvir.org/evento/seduc-ce-lancamento-de-e-books-sobre-itinerarios-formativos/> e [https://www.instagram.com/cedceara/p/DFvA9UAxIDA/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/cedceara/p/DFvA9UAxIDA/?img_index=1)

onda feminista mais recente, que chega a ocupar as ruas em 2018 com o Movimento #Ele Não<sup>18</sup>.

Porém, nem tudo são flores nas escolas, pois ela funciona, desde sempre, com uma estrutura hierárquica de poder muito forte e bem estruturada, que vem de cima para baixo, reproduzindo e estabelecendo regras que vem do MEC, passando pelas Secretarias de Educação, depois pelos gestores escolares e reproduzidas por professores para os alunos. Importante localizarmos as responsabilidades de poder.

Dayrell, no seu artigo ‘A escola ‘faz’ as juventudes?’ traz uma reflexão diferenciada e de fato tem um sentido mais fiel do termo mais próximo do que seja a democracia escolar;

Propomos, assim, uma mudança do eixo da reflexão, passando das instituições educativas para os sujeitos jovens, onde é a escola que tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca. Quando o ser humano passa a se colocar novas interrogações, a pedagogia e a escola também têm de se interrogar de forma diferente. Nesse sentido, cabe questionar em que medida a escola “faz” a juventude, privilegiando a reflexão sobre as tensões e ambiguidades vivenciadas pelo jovem, ao se constituir como aluno num cotidiano escolar que não leva em conta a sua condição juvenil. (2007, p 8).

Dayrell, já em 2007, apontava que a escola pública vinha sofrendo modificações sociais importantes, o que ele chamou de “ruir seus muros” com o aumento de informações dos meios eletrônicos, com violência constante adentrando no dia a dia escolar, mas nada foi mais transformador da escola pública como a maior participação de camadas populares, como afirma que “Esses jovens trazem consigo para o interior da escola os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente, interferindo nas suas trajetórias escolares e colocando novos desafios à escola” (Dayrell, 2007, p. 12). As relações sociais e de gênero na escola sofrem influências do meio em que estão inseridas, seja em uma comunidade da periferia ou em um centro comercial, rural, etc. Não seria diferente com a inclusão de novos sujeitos sociais antes excluídos da escola.

A escola é um espaço de transformações diversas que, algumas vezes, foge ao controle hierárquico, pois quando as transformações vêm dos de baixo, no caso das estudantes meninas, as mais silenciadas no cotidiano escolar, há de se observar com muito carinho e cuidado o que as movem, podendo ser movimento por democracia, o feminismo, a luta por

---

<sup>18</sup> #EleNão foi um movimento que surgiu nas redes sociais, no ano de 2018, em repúdio ao candidato à presidência do Brasil que se utilizava de falas misóginas. Segundo a professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e autora do livro *Uma História do Feminismo no Brasil*, Céli Regina Jardim Pinto, disse que “foi a maior manifestação de mulheres na história do Brasil”. Os atos de rua convocados por redes sociais, ocorreram no dia 29 de setembro em 114 cidades do país. Matéria <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

igualdade racial e social, o ecossocialismo e muitos outros movimentos que pulsam por fora dos muros escolares, mas que não tardam em ruir seus muros. Sabemos que a escola não está apartada da realidade social e as transformações sociais adentram nas escolas, mas será que as escolas e seus administradores, secretarias de educação, gestores escolares e professores estão dispostos a compreender essa juventude? Segundo Dayrell, há muito que ser feito do ponto de vista do olhar para a juventude:

Ao mesmo tempo, a escola, por si só, não consegue responder aos desafios da inserção social dos jovens, tendo poder limitado na superação das desigualdades sociais e nos processos de emancipação social. Parece que a instituição escolar torna-se parte dos problemas que ela se propôs a resolver. Nesse contexto, tanto professores quanto alunos vêm se perguntando pelo papel da escola, pela sua função, levando-nos a interrogar sobre o lugar que esta ocupa na socialização dos jovens: Será que a escola “faz” a juventude? É com esse olhar que temos de analisar a relação da juventude com a escola. (p. 14)

Um grande exemplo de que a juventude pode derrubar os muros estruturantes foi o que aconteceu no final do ano de 2015 e no primeiro semestre de 2016, cerca de sete estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná e Goiás) entraram em processos de luta na educação e que tiveram nas ocupações das escolas públicas de ensino básico uma importante ferramenta dessas lutas. Protagonizadas por estudantes secundaristas, as ocupações brasileiras tiveram como referência e inspiração o movimento de ocupação de escolas ocorrido no Chile, que ficou conhecido como a ‘Revolução dos Pinguins’<sup>19</sup>. Os estudantes aqui, no Brasil, resolveram seguir os mesmos passos, inclusive compartilhando cartilhas virtuais sobre como manter as ocupações e quais as pautas reivindicatórias seguir, confeccionadas a partir da experiência chilena. O que não significa que os processos foram os mesmos no Brasil ou no Estado do Ceará, aliás de escola para escola, houveram diferentes especificidades locais e também diferenças nas relações de poder envolvido entre ocupantes e gestores de escolas.

Muitos desses estudantes ocupantes, ao enfrentarem os ataques à educação pública no Brasil, questionaram o sistema de ensino, mudaram sua forma de pensar e em alguns estados tiveram que enfrentar o aparato militar de forma direta, assim como,

---

<sup>19</sup> A Revolução dos Pinguins, foi um movimento liderado por estudantes secundaristas chilenos que ocorreu no ano de 2006. Foram motivados por uma herança de governos militares que privatizou todo o ensino, impossibilitando a entrada de estudantes carentes nas universidades que também foram privatizadas, causando endividamento em muitas famílias chilenas. Segundo o portal da Politize, a Revolução dos Pinguins inspirou revoltas estudantis na Argentina em 2010 e 2011 e as Ocupações de Escolas no Brasil em 2015 e 2016. A frase *Acabou a paz, isso aqui vai virar um Chile* ecoou nas Ocupações de São Paulo que foram as primeiras manifestações a copiar o modelo de luta dos estudantes secundaristas chilenos. Encontrado em <https://www.politize.com.br/revolucao-dos-pinguins/#:~:text=Para%20De%20Vuono%2C%20Mineiro%20e,debate%20p%C3%ABablico%20fomentado%20pela%20m%C3%ADdia>.

retaliações vindas de gestores e até de professores, o que também, no segundo caso, acabou demonstrando o nível de alienação do trabalhador docente em relação ao seu papel crítico. A experiência de ocupar escola ensinou a esses jovens ‘novas’ formas de fazer política, através da ação direta e a auto-organização, o que rapidamente gerou uma vanguarda disposta a lutar como há muito não se via no Brasil. E, por óbvio, nesta vanguarda estudantil não faltou meninas na linha de frente.

Apresentar o Movimento de Ocupação de Escolas que aconteceu em dezenas de escolas em todo o Estado do Ceará, é parte importante de um amadurecimento político que vinha acontecendo na geração dos anos 2013 com as Jornadas de Junho, 2016 com as Ocupações de Escolas, 2018 com #EleNão até chegarmos em 2020 com o #exposedfortal.

Essa nova geração desponta, por opção, sem referencial de direção no Movimento Estudantil, já que antes mesmo de se efetivarem as ocupações, aqui no Estado do Ceará, alunos em assembleias discutiam a questão da representatividade estudantil e negavam as entidades como protagonistas das lutas.

Algumas representações estudantis vieram a ser expulsas de ocupações em algumas escolas em 2016, pois durante um certo tempo entidades como UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) abandonaram as bandeiras de lutas em defesa da educação para apoiar o segundo governo Dilma que mesmo sob o slogan de Pátria Educadora cortou verbas para a educação no ano de 2015. É o que diz uma nota publicada no site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, no dia 22 de julho de 2015;

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, entidade representativa de mais de 2,5 milhões de profissionais das escolas públicas de nível básico, reitera sua desaprovação ao corte de R\$ 9,2 bilhões no orçamento do Ministério da Educação, neste ano de 2015.

Além de não coadunar-se com o lema do Governo Federal, Pátria Educadora, o corte no orçamento do MEC já demonstra comprometer a consecução de uma das metas da Emenda Constitucional nº 59, que prevê a universalização das matrículas de 4 a 17 anos até o início de 2016. (CNTE, 2015)

Agora vejamos qual a posição da presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Bárbara Melo durante o segundo turno em 2014 e que ficou atrelada a apoiar o governo Dilma, deixando a entidade estudantil em uma situação difícil quando emergiram as lutas estudantis em 2015 e 2016, não permitindo inclusive que a entidade estivesse junta nas Ocupações, ou sendo expulsa quando decidia entrar:

Sempre colocando a educação como prioridade, Dilma garantiu, através de muita pressão do movimento estudantil, que 75% dos royalties do Pré-Sal e 50% do Fundo Social do Pré-Sal fossem destinados para a educação. São 1 trilhão e 300 bilhões de

reais! Além da conquista inédita, a presidenta aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), com metas específicas para o setor até 2024.

Dilma deu continuidade ao ProUni, colorindo as universidades com todas as cores do nosso povo; fez a expansão do Ciência sem Fronteiras (mais de 100 mil bolsas); criou o maior programa de ensino profissional da história brasileira, o Pronatec, com mais de oito milhões de matrícula; implementou educação em tempo integral em mais de 60 mil escolas em todo o Brasil e muito mais. Hoje, cada filho de cada trabalhador tem o direito de estudar... Por tudo isso, mas não só por tudo, declaro meu apoio com sorriso no rosto e coração tranquilo. (UBES, 2014).

Para compreender os movimentos de insurgência juvenil e as amarras institucionais que buscam domesticar movimentos será de grande valia a contribuição dos estudos bibliográficos de autores que abordam o protagonismo juvenil e estudantil como uma forte chama de mudanças, mas também que façam ligações com contexto político crítico, e também faça um corte de gênero na educação, estes autores hão de nos guiar nessa pesquisa de envolvimento da educação com a transformação social na defesa de um país mais democrático.

Faz-se necessária uma rápida contextualização da conjuntura política em que se encontrava o país para melhor compreender o que levou a juventude a ocupar escolas em vários estados brasileiros. Desde as Jornadas de Junho de 2013, que protagonizaram mudanças significativas no processo de lutas encabeçada por jovens, a mobilização juvenil pautou a qualidade dos serviços públicos. É bem verdade que diante de uma crise mundial que vinha em uma crescente desde 2008 começamos a sentir com mais força aqui no Brasil uma redução drástica da responsabilidade do Estado com os serviços públicos em governos do PT<sup>20</sup>, para cumprir um ajuste fiscal perverso nos serviços públicos.

A juventude não está alheia aos cenários políticos do país, muito pelo contrário, é neste período que se desperta a participação política com um olhar mais crítico e um desejo de futuro melhor. A busca por independência e autonomia fazem questionar regras e comportamentos já estabelecidos. O que se espera dos jovens é que eles sejam agentes de mudanças sociais. A juventude dos governos petistas vivenciou um governo cheio de ambiguidades, mesmo que aprovasse cotas, ampliação de Institutos Federais, etc, teve cortes que limitaram os avanços, já citado anteriormente.

Importante acompanhar o amadurecimento político de estudantes secundaristas que vai se dar em todo o país, como no início dos anos 2000 com a luta pelo passe livre, que

---

<sup>20</sup> O governo Dilma Rousseff anunciou nesta sexta-feira, 22, o maior contingenciamento de gastos públicos em 13 anos de Orçamento federal sob a administração do PT. Foram R\$ 69,9 bilhões em retenções de despesas previstas neste ano, atingindo todos os 38 ministérios e, principalmente, as principais vitrines criadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que bancaram a reeleição de Dilma. Texto do jornalista João Villaverde no site <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/510773/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>

em Florianópolis<sup>21</sup> ganha um projeto de Lei Municipal, ou em Londrina com a Revolta do Buzu que resultará na ocupação da Câmara de Vereadores, em Florianópolis<sup>22</sup> terá o movimento chamado a Guerra das Tarifas e em outros locais, como em Recife<sup>23</sup> a luta não será diferente, o que vai gerar no dia 29 de janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial uma unidade desses vários movimentos secundaristas originando o Movimento Passe Livre/MPL.

O Movimento Passe Livre terá princípios bastantes diferentes do que estavam acostumados a existir na política estudantil, como o princípio da Horizontalidade, onde todos tinham direito a voz e voto nas plenárias e assembleias estudantis, algo oposto do que as entidades oficiais faziam, que era através de definição de delegados, onde apenas estes tinham direito a voz e voto nos encontros municipais e nacionais, distanciando a base estudantil das decisões; outro princípio bastante diferente será o princípio do Apartidarismo, esse muito polêmico e que será instrumentalizado pela extrema direita em 2013, nas Jornadas de Junho, na essência o princípio do apartidarismo não significava ser contra a participação partidária, mas, segundo os membros do MPL, era para garantir a participação de estudantes independentes e o não aparelhamento do movimento por parte de algum partido, coisa muito comum nas entidades estudantis e sindicais, prejudicando a forma democrática de organização; um outro princípio bastante instigante é o Federalismo do MPL, que significava que em várias capitais do país o Movimento Passe Livre iria se somando a outros movimentos locais, ganhando projeção nacional.

Importante esse acompanhamento histórico mesmo que breve da educação política de uma geração que vai gerar muitas lutas dentro e fora das escolas por todo o país. Esses movimentos de lutas estudantis vão explicar o amadurecimento político que levará a juventude a mais lutas. O Movimento de Ocupação de Escolas não surgiu de uma hora para outra, tem um fio condutor de formação política muito importante que vai se deparar com a encruzilhada histórica do impeachment do governo Dilma Rousseff, tudo isso se dando no mesmo ano de 2016. Dilma recebeu muitas críticas da juventude estudantil em virtude de que o governo tenha utilizado o lema de ‘Pátria Educadora’ e só em 2015 cortou 10% do orçamento para a educação, o que correspondeu a mais de R\$ 10 bilhões, gerando uma crise

<sup>21</sup> Instigados por uma Tarifa Zero, diante de reajustes de passagens com valores acima de 10%, em algumas capitais do país, surge o MPL (Movimento Passe Livre) no início dos anos 2000, em Florianópolis, Salvador, Rio de Janeiro, etc. Texto com histórico e carta de princípios do Movimento Passe Livre na página <https://www.mpl.org.br/>

<sup>22</sup> Dissertação de mestrado que apresenta várias lutas juvenis, em especial o Movimento Passe Livre em Florianópolis.

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91990/252381.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

<sup>23</sup> Ação do Movimento Passe Livre em Recife no ano de 2005, contra o aumento da tarifa de transporte, dias de luta e muita repressão. Matéria saiu no jornal Folha de São Paulo <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1911200516.htm>

na educação em 2015 e em 2016. Somado aos cortes federais, os governos estaduais seguiram à risca reformas para conter o que eles chamavam de gastos, atacando os serviços públicos, em especial na educação. A greve dos professores do Estado do Ceará<sup>24</sup> de 2016 foi exatamente fruto do processo de cortes de bilhões na educação, o que levou professores a cruzar os braços por melhores condições de trabalho e por reajuste salarial. Após dois dias de greve aqui no Ceará, as escolas começam a ser ocupadas por estudantes.

A luta em defesa da educação pública que antes se dava muitas vezes por professores vai ganhando um protagonismo juvenil mais radicalizado em suas ações, através de ocupações de escolas muitos jovens irão enfrentar os ataques dos governos de seus respectivos Estados, reivindicando horizontalidade nas decisões, a não participação de entidades como a UBES, se comunicando com lideranças de outros Estados que também ocupavam escolas.

Os motivos das ocupações foram variados, desde ir contra o fechamento de escolas, como em São Paulo, a impedir que Organizações Sociais administrassem escolas públicas, como em Goiás. Aqui no Estado do Ceará as ocupações foram realizadas contra os ataques a educação que se deram no final de 2015, com uma portaria<sup>25</sup> da Secretaria de Educação que cortava contratos com professores temporários, pois foi reduzido o tempo de laboratório, redução de projetos como Professor Coordenador de Área/PCA e redução de horas para o projeto Professor Diretor de Turma/PDT, dentre outras demandas históricas como: merenda de má qualidade, falta de reformas na estrutura física das escolas, e vai chegar a outras pautas como a democratização nas escolas que será resultado de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a Defensoria Pública do Estado do Ceará e a Secretaria de Educação.

Aqui no Ceará o governo do Estado através da Secretaria de Educação-SEDUC tentou criminalizar os estudantes ao final do movimento de ocupação. Cerca de 320 estudantes foram intimados a depor na Delegacia da Criança e do Adolescente-DCA. Uma medida clara e bem articulada com a polícia para constranger essa nova vanguarda estudantil. Perguntas de cunho excepcionalmente político e ideológico foram abordadas pelo delegado, como: “se eram feministas?”; “quem eram os líderes?”; “se havia organização envolvida”, dentre outras, revelando a perseguição política e ideológica ao Movimento Estudantil

---

<sup>24</sup> O corte no orçamento educacional fez a luta por reformas estruturais e merenda escolar, eclodir. Vejamos na matéria <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/13/por-que-escolas-estaduais-do-ceara-foram-ocupadas-por-estudantes>

<sup>25</sup> A Portaria que estabelece as normas de lotação de professores nas escolas públicas estaduais para o ano de 2015 e dá outras providências foi publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará série 3, ano VI e Número 239 na data Fortaleza, 19 de dezembro de 2014 e consta no site oficial da SEDUC [https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2015/10/portaria\\_lotacao\\_2015\\_doe\\_19\\_12\\_2014.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2015/10/portaria_lotacao_2015_doe_19_12_2014.pdf)



secundarista<sup>26</sup>. E afinal o que mudou nas escolas e na vida desses estudantes? O que mais permeia nas escolas são os frutos dessas ocupações, revelando as relações de poder no espaço escolar e o papel dos professores no processo de ensino no sistema capitalista.

É necessário perceber que a prática educativa é um processo dialético, de trocas de experiências e que não se dá apenas na escola, e por isso a escola estará sempre em transformação, mesmo que o conservadorismo de alguns relute em querer estagnar a educação. As experiências de lutas juvenis fora da escola, como a do Movimento Passe Livre também transformou a consciência estudantil, a última onda feminista que abordaremos a seguir também entrará na escola com força, mesmo que ela relute contra. Como afirma Libâneo:

A prática educativa não se reduz à escola e ao ensino. A intervenção educativa ocorre em muitos lugares, mediante variadas formas, por meio de diversas agências. Há, portanto, agentes educativos convencionais – família, escola, comunidade –, como há instituições sociais, culturais, civis, recreativas, meio de comunicação etc. A escola, portanto, não detém o monopólio do saber. (Libâneo, 2011).

As lutas educam e formam novas juventudes. É necessário observar o que mudou no processo escolar, após greve e ocupação de escolas, pois no seu desfecho houve movimentos de Desocupa entre uma minoria de estudantes, porém contrários às lutas. Alguns professores que antes haviam apoiado as ocupações de escolas se somaram aos estudantes do Desocupa, ligando para os pais de alunos que ocupavam ou então ameaçando chamar a polícia para desocupar escolas. Se houve ou não avanços nas experiências democráticas durante a ocupação, isso pode ter sido solapado com a violência que a estrutura hierárquica escolar se manteve, através dos exemplos já citados por parte de docentes ou mesmo da SEDUC de envolver a polícia na luta estudantil. Certamente essas prováveis transformações foram sentidas no cotidiano escolar, até serem somadas a outras lutas vieram depois ou juntas das Ocupações, como o feminismo, que iria fortalecer meninas a denunciar professores assediadores no ano de 2020, objeto principal de nossa reflexão.

As disputas das lutas juvenis são fruto dos distintos interesses de classes e a escola pública que tem o papel de formar jovens para essa sociedade capitalista está em permanente disputa. Há diversos projetos para a educação, porém só o projeto burguês é aplicado, pois é a classe que domina o Estado e toda a sociedade. Mesmo que tenhamos governos populares como o de Lula ou Dilma, que aplica programas de ajuda familiar como o

---

<sup>26</sup> Uma matéria especial do dia 29 de jul de 2020 do jornal O Povo trouxe todos os elementos abordados no parágrafo citado acima.  
<https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2020/07/29/ocupacao-das-escolas-estaduais-em-2016--o-que-mudou-de-la-para-ca.html>

Programa Bolsa Família<sup>27</sup> onde é exigido compromissos de educação pelo beneficiário, como a frequência escolar e agora o Pé de Meia<sup>28</sup>. Lembrando o que afirmou Dayrell no início deste estudo, que coloca a inclusão de uma camada mais popular na escola pública, como parte importante da transformação deste espaço escolar, temos que fazer a relação da política educacional com os acontecimentos nacionais, pois dentro dos processo de luta recente encontramos na interseccionalidade uma ferramenta importante na compreensão de questões mais profundas se quisermos ser mais eficazes no combate às desigualdades ou termos espaços escolar mais democráticos. A questão de gênero não pode mais ser ignorada como parte importante da desigualdade social. O combate ao assédio sexual na escola é parte da inclusão e da construção democrática da escola.

Apontar a greve da educação no Estado do Ceará assim como o processo de ocupação das escolas no ano de 2016, que se mostrou singular se comparada a todas as greves antes estabelecidas e o seu elemento diferencial, que é muito importante no processo educacional, que foi a participação de forma mais ativa de estudantes com ocupações de escolas, onde meninas estudantes pautaram a necessidade da discussão de gênero e feminismo no currículo escolar<sup>29</sup>, é uma questão fortalecedora para romper o silêncio e o medo que prevalecia antes do movimento #exposedfortal.

Os ocupantes estavam presentes em assembleias de professores e que mesmo apanhando de seguranças particulares contratados pela diretoria sindical dos docentes APEOC<sup>30</sup> (Associação dos Professores de estabelecimentos Oficiais Ceará) participaram até a última assembleia que decidiu pelo fim da greve. Os ocupantes de escolas também participaram de atos de rua em maior número de estudantes do que de professores durante a greve. O que aponta para uma geração que aprendeu na ação direta de ocupações uma forma de luta.

A nova vanguarda estudantil foi um diferencial qualitativo que levou a uma maior radicalização no processo de luta e nas bandeiras reivindicatórias da greve de 2016. Foram quase setenta (70) escolas ocupadas na capital e interior do Estado do Ceará, onde a maior

---

<sup>27</sup> Sobre o que é o Programa Bolsa Família, como acessa-lo e como funciona, no site do governo federal <https://www.gov.br/pt-br/servicos/receber-o-bolsa-familia#:~:text=Para%20receber%20os%20benef%C3%ADcios%2C%20a,Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20pode%20acontecer>.

<sup>28</sup> Programa para garantir a permanência e conclusão do Ensino Médio. No site do governo federal <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>

<sup>29</sup> Artigo em estudantes reivindicam discussão de gênero no currículo escolar, dentre outras pautas. <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/05/estudantes-ocupam-quinta-escola-em-uma-semana-no-ceara.html>

<sup>30</sup> Matéria sobre a participação dos estudantes nas Assembleias de greve dos professores <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/06/invasao-gera-tumulto-em-assembleia-geral-dos-professores-na-parangaba.html>

preocupação desses estudantes foi a de garantir a qualidade do ensino, melhorar a estrutura escolar e a reivindicação da qualidade na merenda escolar. A fala de uma das lideranças femininas, Andressa Bernardo, da primeira escola ocupada no Ceará, o CAIC Maria Alves Carioca, “A escola é um dos maiores meios de formar cidadãos. Como a gente pretende formar cidadãos se não falamos de preconceito, se não fazemos uma Educação inclusiva?”<sup>31</sup>. Andressa, que estava no primeiro ano do Ensino Médio no ano de 2016 e foi liderança estudantil, passaria mais dois anos na escola e muito provavelmente cumpriu o papel de formar outras meninas que estavam chegando e aprendendo no decorrer desse tempo até a sua conclusão.

Os ocupantes que estavam dentro do processo de luta permitiram que a greve de professores do Estado do Ceará ganhasse um tom de greve da educação por pautas reivindicatórias não apenas economicistas como o reajuste salarial de professores, mas uma pauta por espaços democráticos dentro da escola. Pode não parecer, mas havia um questionamento que poderia levar à quebra de uma estrutura hierárquica escolar. Questionaram a gestão escolar, se havia realmente espaços democráticos dentro da escola. Para o professor Salomão Ximenes da Universidade Federal do ABC (UFABC), ele vai dizer sobre as Ocupações que levantaram uma demanda mais ampla que foi sobre o que é e o papel da gestão democrática: “incorporação da democracia e da gestão democrática no próprio processo pedagógico, na forma como ela funciona, como é definida a rotina escolar”<sup>32</sup>. Uma diretora escolar aponta a profundidade pedagógica da luta dos estudantes;

A diretora Denise diz que, sem dúvida, as relações se tornaram mais horizontais, o que é desafiador, uma vez que, segundo ela, a atuação democrática é difícil diante de uma cultura autoritária. No entanto, ela considera este um momento importante para estabelecer o diálogo e estimular os jovens. “O respeito pela escola é outro. Nesse espaço, não se constrói só conhecimento, mas também relações. Esses estudantes se viram como protagonistas e viram que esse espaço é deles. Eles vão se manter na luta, ativos. Já aprenderam muito e vão levar para o resto da vida.” (Eloy, 2019)

Nem tudo foram flores no processo de Ocupação. Foi negada a participação dos estudantes nas assembleias de professores por parte da diretoria do sindicato APEOC (Associação dos Professores de estabelecimentos Oficiais Ceará) o que levou muitos estudantes a apanharem de seguranças particulares do sindicato<sup>33</sup> como também do próprio

<sup>31</sup> Materia de jornal que trás a fala da gremista e ocuante da primeira escola ocupada no estado do Ceará <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1650/as-ocupacoes-estudantis-e-a-gestao-democratica-no-ensino-medio>

<sup>32</sup> Sobre a fala do professor Salomão Ximenes, onde encontrar: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1650/as-ocupacoes-estudantis-e-a-gestao-democratica-no-ensino-medio>

<sup>33</sup> Alunos apanham de segurança contratado pela diretoria do sindicato de professores, veja noticia: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/06/invasao-gera-tumulto-em-assembleia-geral-dos-professores-na-parangaba.html>

GOE (Grupo de Operações Especiais -Guarda Municipal) que chegou a intervir contra eles usando a força armada em uma Assembleia de professores; os estudantes passaram ainda por privações como a falta de alimentos e choque ideológico com as gestões escolares disputando o gerenciamento da escola. Em algumas escolas a discussão sobre representatividade estudantil também foi uma constante, o que levou a disputa de entidades e não entidades pelo processo de direção da ocupação.

O papel dos professores durante o tempo de ocupação das escolas foi bem diversificado, pois uma das principais características da greve na educação em 2016 foi exatamente muitas escolas paradas, fechadas, e poucos professores em atos de rua ou na ocupação da SEDUC<sup>34</sup> (Secretaria de Educação). Uma vanguarda de professores participaram ativamente das atividades da greve, visitando e apoiando as escolas ocupadas, uma outra parcela mais significativa de professores ia apenas às assembleias gerais da categoria e ficou alheia ao processo de ocupação. Se podemos afirmar que na participação de greve se educa politicamente, podemos dizer que poucos professores aprenderam com a greve, já a juventude que ocupou as escolas, podemos dizer que aprendeu muito politicamente. Bem como, meninas na linha de frente dirigindo as Ocupações e dividindo tarefas políticas e de cuidado, não por gênero, mas por responsabilidades sociais.

Os temas sobre protagonismo juvenil e educação já são bastante discutidos em livros, artigos científicos, matérias de jornais e sites que nos revelam muita coisa sobre os caminhos para uma educação transformadora. Não há como dissociarmos a educação das transformações sociais, e quando estas acontecem dentro da escola fica de fato evidenciando uma transformação no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Mezáros;

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (Mezáros, 2005,p.25).

Extraí-se daí que a transformação social tem grande relevância nas transformações de práticas educativas, sendo válido observar as mudanças no espaço escolar de forma permanente e viva.

A luta da juventude desde as ‘Jornadas de Junho’ tem refletido dentro do espaço escolar uma geração mais questionadora, mesmo que a escola tenha seus limites, as

---

<sup>34</sup> Matéria sobre a ocupação da SEDUC Ceará por professores. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/06/02/alunos-e-professores-ocupam-predio-da-secretaria-de-educacao-em-fortaleza.htm>

transformações acontecem de fora para dentro da escola e é praticamente impossível não sentir o reflexo disso nas lutas diárias. Observando o que diz Snyders;

A luta pela escola nunca pode estar separada das lutas sociais no seu conjunto, da luta das classes da sociedade total, da luta contra a divisão em classes. Certamente, não cabe à pedagogia fazer a Revolução; com toda certeza só haverá uma sociedade pedagógica numa sociedade sã – e a nossa não o é. [...] É na medida em que as ideias progressistas vão conquistando largas camadas da população, em que as forças progressistas se vão afirmando e impondo, que a escola pode, efetivamente, renovar-se sem chocar a imensa maioria dos pais (Snyders, 2005, p.104).

Em meio a essa reflexão sobre protagonismo juvenil, democracia nas escolas e o processo de transformação política dessa geração escolar tão pulsante, apresento a carta de uma outra liderança feminina da primeira escola ocupada no Ceará, Kaliane Senna, da escola CAIC Maria Alves Carioca situada no bairro Bom Jardim em Fortaleza, no dia de aniversário de um mês da ocupação como representativa do perfil e dos desejos dessa juventude com a educação pública;

“Vivi parte da minha infância estudando em escolas particulares, meus pais sempre me diziam que eles se sacrificavam para me dar uma educação de qualidade, eles não queriam que eu fosse para uma escola pública, porque achavam que lá eu não ia ter a mesma qualidade de ensino que eu teria em uma instituição privada. Cresci vendo meus pais preocupados, pois não tinham dinheiro suficiente para alimentar nossa família, pagar as contas e ainda pagar uma escola particular para mim e minha irmã, eles queriam um futuro melhor para nós duas, e por isso todos os anos, eles passavam noites angustiados, se perguntando o que fariam para pagar livros caríssimos para que suas queridas filhas tivessem um futuro melhor. Quando cheguei ao 9º ano do ensino fundamental, as coisas se complicaram e meus pais foram obrigados a fazer o que mais temiam, me matricularam numa escola pública. Lembro-me bem do dia que cheguei no CAIC – Maria Alves Carioca, tinha gente de todos os tipos, tudo era novo para mim ali. Aos poucos eu fui me adaptando a vida de estudante de escola pública, e fui passando a amar aquela escola com todo meu ser, pois CAIC oferecia diversos projetos para os estudantes e para a comunidade, que foram cortados ao longo de três anos que estudei lá. A escola era antiga, a estrutura estava precária, quando chovia as salas ficavam alagadas, nunca engoli o fato de uma escola tão maravilhosa pudesse estar caindo aos pedaços, e dentro de mim veio crescendo um sentimento de revolta. Estudar no CAIC me fez perceber o quanto abandonada está a educação brasileira, os nossos governantes não ligam se o teto da sala cai sobre nossas cabeças, ou se passamos o dia com fome porque a merenda não deu pra todo mundo, eles não ligam porque não pagamos a eles, porque não damos lucros agora. Tudo isso é girado em torno de um sistema econômico opressor, onde quem não tem dinheiro não consegue ter um ensino de qualidade, onde os jovens da periferia não têm boas oportunidades no mercado de trabalho. A ocupação é um protesto dos alunos em repúdio aos cortes que o governo está fazendo na educação. Nós, alunos, cansamos de ver nossa escola tão bonita ser destruída, cansamos de esperar que o governo tome iniciativa de fazer algo por nós, resolvemos tomar nossos destinos nas nossas mãos e ir a luta, por uma educação libertadora, uma educação que não nos ensine somente a obedecer, mas sim a pensar. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, a ocupação não é e nunca será vaga, a ocupação é um momento pleno de aprendizagem, onde os alunos são os protagonistas de um movimento lindo. Através da ocupação descobrimos que ao invés de perambularmos pelos corredores, presos a ordens ditadas para nós, existe um eu dentro de cada um de nós, que é capaz de formular nossas próprias ideias. A ocupação é libertadora, ela vem ensinando a mim e a diversos alunos que juntos

possuímos o poder de mudar tudo à nossa volta, que temos o poder de mudar o mundo. E é por esse motivo que precisamos unir cada vez mais nossas forças, não vamos parar por migalhas oferecidas por nosso governador, com o intuito de nos conter. Queremos uma educação de qualidade não apenas para uma parte, mas sim para todos. Nós somos o poder, e juntos venceremos quaisquer obstáculos. Avante estudantes! Não tem arrego!” (escrito por Kalliane Senna, estudante do Ocupa Caic e componente do Grêmio Estudantil Chico da Matilde).

Neste capítulo busquei descrever um processo histórico que antecedeu o que vamos chamar de Primavera Feminista que se tornou a Primavera das Meninas através do #exposedfortal que se desdobrou nas escolas de Fortaleza como parte e continuidade de lutas democráticas. Trazendo o que diz bell hooks ao reivindicar uma educação feminista transformadora, que agregue posturas inclusivas entre homens e mulheres:

(...)Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais...contribuições feministas construtivas para o bem-estar de nossas comunidades e da sociedade são frequentemente apropriadas pela cultura dominante, que então projeta representações negativas do feminismo. A maioria das pessoas não tem conhecimento da miríade de maneiras que o feminismo mudou positivamente nossa vida. (Hooks, 2019,p.47-48).

Já o próximo tema, vamos tratar de uma ferramenta que chegou para ficar, nos casos de violência contra mulher, essa ferramenta instrumentalizada por feministas, pode estar a serviço de uma busca de reparação histórica que o jurídico brasileiro e outras instituições já provaram ser incapazes de acolher as vítimas

### 3 FEMINISMOS E O CIBERATIVISMO

A escola não está desassociada da sociedade, pelo contrário, os avanços que se dão fora dela chegam rapidamente até ela, por isso é importante observar os movimentos feministas que chegaram até as escolas para dizer “não” ao machismo e toda forma de opressão ligada a ele. Os docentes precisam acompanhar os ritmos de mudanças sociais necessários para uma escola segura e democrática para que isso seja estendido aos espaços sociais e vice-versa. Meninas ergueram as vozes antes silenciadas. Abordaremos alguns movimentos de mulheres que trouxeram à luz da sociedade o que se deve mudar e com urgência, nas escolas e fora delas. Sabemos que há passos iniciais, mas muito significativos para que outros passos possam ser dados no combate de uma prática secular e que destrói meninas e mulheres: o machismo e a misoginia.

Lutar pelas pautas de mulheres é uma necessidade de uma mulher feminista e professora, em especial estando em escolas públicas. Aqui vou abrir um espaço textual para divulgar a minha experiência pessoal na escola que trabalhei e onde foram denunciados 22 professores pelo movimento #exposedfortal. Antes desse acontecimento, a caminhada já havia iniciado no mesmo chão de escola por diversas lutas já relatadas e outras que ocorreram a partir do ano de 2015 quando eu e outra professora de sociologia e também feminista conseguimos formar um Núcleo de Estudos de Gênero dentro da escola.

Trabalhei por mais de 10 anos nessa escola e tínhamos à época a certeza da necessidade do debate de gênero no espaço escolar, já havia despertado entre nós a importância de o feminismo ocupar o currículo escolar, porém foi no dia primeiro de janeiro de 2018 que a certeza se confirmou e o fez o Núcleo de Gênero ganhar o nome de uma ex-aluna. Na ocasião soubemos de mais um horrendo caso de feminicídio, dentre tantos, porém agora com uma ex-aluna da escola. Stefhani Brito esteve no banco escolar onde lecionei, exatamente no mesmo período em que se envolveu com quem virá a ser seu assassino. Stefhani ainda muito jovem, sem preparo e fortalecimento para perceber a relação abusiva que estava se envolvendo, deixou de lado os estudos, ainda no primeiro ano do ensino médio e foi viver com quem acreditava ser um grande amor, cuidador e companheiro. Cabe salientar que um ato como este é aprendido e incentivado há muitas gerações, e todas nós estamos sujeitas a este tipo de situação, se Stefhani e muitas outras meninas, tivessem tido a oportunidade de uma educação antimachista talvez pudessem ter percebido os contornos abusivos e violentos de uma relação controladora e violenta que ela estava adentrando.

Quanto mais cedo meninas e mulheres perceberem os sinais de homens abusadores, mais rapidamente elas podem sair da relação sem comprometer suas vidas.

Stefhani foi morta em um período de recesso escolar, no dia primeiro de janeiro de 2018<sup>35</sup>, como ela já havia abandonado os estudos há alguns poucos anos para viver esse amor, não houve comoção entre os estudantes, pois muitos que assistiram a notícia na imprensa não sabiam que ela havia estudado na escola. A repercussão maior do caso se deu entre professores e a partir daí o Núcleo de Estudos de Gênero, deu nome ao Núcleo de Stefhani Brito. o Núcleo anualmente passava em todas as salas de aula convidando novas(os) alunas(os) a fazerem parte do Núcleo explicando o porquê do nome Stefhani Brito, contando a história sobre relacionamento abusivo e o caso de feminicídio, os principais objetivos do Núcleo, como debater e discutir sobre gênero, com o tempo o Núcleo passou a ser um lugar de escuta e aprendizado. O Núcleo de Estudos de Gênero Stefhani Brito, também passou a convidar a mãe de Stefhani, Dona Rosilene, para falar sobre a filha e sua vida durante o relacionamento, como era o comportamento de Stefhani e de seu assassino antes e depois que passou a conviver com ele. Foram feitas várias atividades do Núcleo sobre Relacionamento Abusivo.

**Figura 1** – Atividade com Rosilene, mãe de Stefhani Brito em 2018.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

A experiência do Núcleo de Gênero na escola me permitiu observar como muitas histórias se cruzavam: de meninas periféricas, pardas, pretas ou brancas, muitas envolvidas em relações abusivas dentro e fora de casa, onde muitas vezes não conseguem identificar

<sup>35</sup> Notícia sobre o caso de feminicídio da ex aluna Stefhani Brito. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/garota-assassinada-em-fortaleza-foi-torturada-com-ponta-de-cigarro-diz-familia.ghtml>



essas violências, mas, em seus relatos, expressavam dor, dependência emocional e financeira. São ainda meninas cheias de esperança e com muitas limitações diante da sua realidade social, limites que uma sociedade machista e racista expressa em seus valores e modelos de submissão: à opressão. Em 2020 o movimento #ExposedFortal aconteceu também nesta escola onde lecionei, onde vinte dois professores da escola foram denunciados nas redes sociais e no Ministério Público por assédio sexual, representando uma virada de chave de consciência da opressão e da necessidade de rompê-la, mas foi também o começo de uma longa e dura caminhada que viria logo após as denúncias de assédio sexual, como é de costume em uma sociedade machista.

A existência do Núcleo de Estudos de Gênero Stefhani Brito na escola nos possibilitou ter um lugar de acolhimento próximo às jovens estudantes. Já houve inúmeros outros casos que o Núcleo teve que buscar apoio em outras instituições do Estado como DECECA (Delegacia da Criança e do Adolescente) por denúncias de estupro, cometidos pelo próprio pai biológico ou ex-namorado que ameaçavam expor nudes em redes sociais, dentre vários outros casos, só identificados como violência de gênero em virtude do trabalho do Núcleo de Gênero que ousou debater e apontar saídas para algumas delas, inclusive acompanhando-as a delegacias.

Ousar denunciar em um país em que as mulheres são tão subjugadas e desacreditadas, exige muita coragem, pois é comum a vítima menina ou mulher ser revitimizada onde sua palavra é colocada em questionamento o tempo todo, até culpá-la, passando a vida da menina ou mulher a ser devastada, mesmo sendo ela a vítima. Foi assim no caso da jovem de 21 anos Mariana Ferrer<sup>36</sup>, o caso da jovem dopada e estuprada por um empresário de jogadores de futebol, André de Camargo Aranha, aconteceu em 2018 e dois anos depois, em 2020, o acusado de estupro foi inocentado com uma tese inédita no cenário jurídico brasileiro: estupro sem intenção, onde uma jornalista do periodico Intercept Brasil, Schirlei Alves, escreveu uma matéria jornalística sobre o horror que foi o interrogatório de Mari Ferrer em que no final da audiência o empresário foi inocentado, a jornalista denominou de ‘estupro culposos’ a resolução de inocência e descreve as falas agressivas e violentas do advogado do empresário contra a vítima que passa por situações de revitimização onde o promotor e o juiz permitem os ataques morais a vítima. Além da matéria escrita, a jornalista anexou um vídeo contendo as humilhações sofridas por Mariana Ferrer no interrogatório. Com tudo isso, Mari Ferrer após todo o processo de humilhação, fica como mentirosa e vilã,

---

<sup>36</sup> Matéria sobre o interrogatorio de Mariana Ferrer  
<https://www.intercept.com.br/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposos/>

tem sua vida destruída e a jornalista do portal é condenada a pagar 400 mil e um ano de detenção em regime aberto<sup>37</sup>, em uma clara demonstração de que o silenciamento é a regra nos casos de violência contra a mulher que envolve homens com algum tipo de poder. A Organização das Nações Unidas (ONU), pede que o Brasil retire acusações contra a jornalista, graças a uma carta de reladoras mulheres da ONU que pedem medidas de proteção a mulheres jornalistas que cobrem casos de crimes sexuais. Todas essas movimentações, após repercussão do caso Mariana Ferrer teremos a criação de uma lei, a Lei nº 14.245/2021, popularmente conhecida como Lei Mariana Ferrer, visa proteger vítimas e testemunhas de crimes, especialmente os de natureza sexual, durante o processo penal.

Trazer o caso Mariana Ferrer é importante, para esse trabalho de pesquisa, pois ele corria em segredo de justiça, mas foi a própria Mariana Ferrer que o publicou em sua página na rede social Instagram e Twitter em 2019 dando visibilidade ao caso, se tornou mais um caso de ciberativismo com a hashtag #MariFerrer, mostrando o quanto o judiciário estava mais propenso a proteger o estuprador do que a vítima. Erguer a voz em redes sociais se tornou uma ferramenta importante para muitas mulheres, criando uma rede de apoio inexistente no judiciário brasileiro.

Dar visibilidade à mulher como sujeito histórico, passa por não permitir a objetificação, o silenciamento a que muitas vezes somos submetidas até os dias de hoje, que levam a diversos tipos de violência e à morte. A educação é parte importante no processo transformador da sociedade, e precisamos avançar no combate à violência contra a mulher, todos os dias<sup>38</sup> já que os casos vêm aumentando a cada ano. Porém como fazer isso se na própria escola também é um espaço de opressão e assédios? O movimento #exposadfortal rompeu silêncios seculares.

O movimento feminista ganhou novos tons nesses últimos anos e chegou com força nas redes sociais, movendo comportamentos seculares de opressão em toda a sociedade e, também, dentro das escolas. O que seria capaz de levar meninas vítimas de assédio a publicizar e apresentar seus assediadores como realmente o são, senão a força avassaladora da consciência e de ondas feministas?

---

<sup>37</sup> Matéria sobre a condenação da jornalista que deu visibilidade as violências sofridas por Mariana Ferrer no judiciário  
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-11/jornalista-e-condenada-por-reportagem-sobre-conduta-d-e-juiz-e-promotor>

<sup>38</sup> Os casos de violência contra mulher aumentam a cada ano. Vejamos matéria sobre os dados do Atlas da Violência de 2025.  
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-dez-mulheres-assassinadas-por-dia-segundo-atlas-da-violencia/>

A Primavera das Meninas, que ocorre com o Movimento #exposedfortal em 2020, é uma explosão de várias histórias de opressão e machismo, que antes eram silenciadas no chão da escola. As vítimas, estudantes mulheres, resolveram fazer o que não é nada comum, o caminho inverso ao que estamos acostumados a ver nesse país e em outros lugares do mundo, onde se torna julgada e culpada a vítima que resolve contar sua própria história de opressão. Elas resolveram dar visibilidade aos casos de violência sofridos por elas.

A Primavera das Meninas: o encontro do movimento feminista nas escolas, através do Movimento #exposedfortal, navegou pelo empoderamento das estudantes graças ao ascenso feminista no período somado ao ciberativismo, com movimentos que se apropriaram de *hashtags* nas redes sociais, criando força em elementos de campanhas como no caso da reivindicação por “parto humanizado”, ocorrida através da plataforma Facebook e que se transformou em um chamado a ruas, em pelo menos 21 cidades brasileiras (2012). Outras emergiram como #meuamigosecreto (2015), #metoo (2017), #elenão (2018) e se avolumaram com o passar dos anos até chegarem em 2020, ano pandêmico<sup>39</sup>, onde a vida escolar passou a ser remota, e se impôs um distanciamento físico entre assediador e suas vítimas. Sobre o início do movimento #exposedfortal, uma matéria em jornal de grande circulação indica:

Relatos de assédio e divulgação de fotos íntimas em Fortaleza ganharam as redes sociais na terça-feira (23) com a hashtag #ExposedFortal, que se tornou um dos assuntos mais comentados do Brasil no Twitter. No Instagram, em perfil com mais de 35 mil seguidores, vítimas explicaram casos criminosos e nomes envolvidos nas acusações foram reunidos em publicações. Entre elas, nomes de professores de escolas da cidade também foram citados. (Diário do Nordeste, 2020)

Em uma sociedade democrática a escola deve ser incompatível e intolerante com os casos de assédio sexual, mas infelizmente essa não é a realidade. A desproteção de meninas no espaço escolar tem diversos efeitos que prejudicam sua trajetória escolar e sua saúde mental:

Na visão da pedagoga Fernanda Cavalieri, quando o desrespeito vem de uma referência diária no ambiente de aprendizagem, o impacto vem para “a vida dessas meninas como um todo”. “Baixo rendimento e desinteresse são sinais de que alguma coisa não vai bem. Depressão, ansiedade e pânico são transtornos que podem ser desencadeados e que também afetarão a vida escolar”. (Diário do Nordeste 2020)

É perceptível pela matéria citada que os assédios afetam negativamente a vida escolar das jovens estudantes e, portanto, é um assunto pedagógico que precisa ser discutido

<sup>39</sup> O início e o fim do processo pandêmico causada pelo COVID-19 <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>  
Dados de mortes no Brasil e no mundo <https://dadoscoronavirus.dasa.com.br/#lp-pom-block-195>

em vários espaços institucionais que, são responsáveis pela condução escolar, como secretarias de educação e em especial quem faz parte da própria escola. A escola precisa ser um espaço de discussão, de reflexão, de segurança e acolhimento, além da aprendizagem. Por isso, tomamos essa problemática como objeto a ser explorado nesta pesquisa. Quais as repercussões após as denúncias do #exposedfortal para garantir a prevenção e o combate ao assédio sexual nas escolas?

No mesmo ano do Movimento #exposedfortal, 2020, foi atualizada uma Lei Estadual de número 17.253/20, atualizando uma lei anterior, a Lei de número 13. 230/02, que cria Comissão de Prevenção a Violência contra a Criança e o Adolescente nas escolas públicas e privadas em todo o Estado do Ceará, um mês após as denúncias. Segundo o Ministério Público do Ceará;

De acordo com a lei, as comissões deverão desenvolver, com a comunidade escolar, planos de prevenção às diversas expressões de violência identificadas pela escola, além de realizar junto às unidades de ensino momentos permanentes de sensibilização e formação a respeito de temáticas relacionadas à proteção, prevenção da violência e promoção dos direitos da criança e do adolescente e da cultura de paz. Também deverão estreitar a relação com o Conselho Tutelar para notificar os casos confirmados ou suspeitos de violência e assegurar a não revitimização da criança e do adolescente vítima ou testemunha, nos casos de relatos espontâneos. (MPCE, 2020)

A normativa, no entanto, não faz referências às questões de gênero dentro do espaço escolar. Será que a comissão como ela é composta, por professores, gestores e estudantes escolhidos pela própria gestão escolar permite o combate a violências de gênero nas escolas? A composição da Comissão não se diferencia em nada da composição do Conselho Escolar, inclusive podendo ser os mesmos membros;

Art. 5.º A Comissão de Proteção e Prevenção à Violência contra a Criança e o Adolescente deverá ser composta dos seguintes membros:  
I – o Diretor Escolar;  
II – 01 (um) professor, podendo ser membro do Conselho Escolar;  
III – 01 (um) funcionário da escola, podendo ser membro do Conselho Escolar.  
§ 1.º Os representantes a que se referem os incisos II e III serão escolhidos entre seus pares mediante processo eletivo.  
§ 2.º O mandato dos representantes a que se referem os incisos II e III será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução mediante novo processo de escolha. (CEARÁ, 2020).

A Lei, no entanto, cumpre as mesmas características do Conselho Escolar, só que voltada especificamente para os atendimentos de prevenção e encaminhamento de casos de violências gerais. É possível a Comissão de Prevenção e Combate à Violência funcionar com esse propósito, se o próprio Conselho Escolar já existente desde a Constituição de 1988 não conseguiu avançar contra violências? Aqui é possível relatar inúmeros vícios que a

comunidade escolar tem de machismos e portanto não enxerga como erro os casos de assédio sexual, primeiro e maior deles é identificar que o assédio sexual é um problema grave e que precisa ser combatido, é possível ouvir em salas de professores frases do tipo “essas novinhas sabem mais de sexo do que nós, professores”. O sinal de alerta de que é preciso uma formação de combate a violência de gênero para os docentes nas próprias licenciaturas é ligado muito rapidamente. Ainda estamos engatinhando na pauta de incluir as disciplinas de gênero nas licenciaturas que, em sua maioria, estão muito voltadas à pós-graduação de determinados cursos. Em uma sociedade estruturada no machismo, em que todos somos educados a sermos machistas, é necessário apontar propostas educacionais voltadas aos cursos de licenciatura e os de formação continuada aos professores, para o combate à violência de gênero.

O Movimento de expor os assediadores aconteceu em várias cidades e estados do país<sup>40</sup>. Mas aqui no Ceará, o Ministério Público, diante de dezenas de denúncias que seguiram em segredo de justiça, pois muitas vítimas eram menores, levou dois anos investigando os casos, como podemos ver no próprio site do MPCE;

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio do Núcleo de Investigação Criminal (Nuinc) concluiu, no final do mês de abril de 2022, os procedimentos relacionados à #exposedFortal, que apurou denúncias de crimes sexuais caracterizados pelo compartilhamento de mídias digitais com conteúdo pornográfico, e divulgados pelo movimento #exposedFortal. A investigação foi deflagrada em 20 de julho de 2020, em Fortaleza, e cumpriu ordens de busca e apreensão pessoais e residenciais, culminando em nove acusados denunciados e um representado. (MPCE, 2022)

O movimento #exposedfortal ainda aparece como novidade no espaço acadêmico com pouquíssimas produções. Mesmo que no ambiente escolar, saibamos que a opressão e as violências contra meninas e mulheres não seja algo novo, abordá-las e confrontá-las no espaço escolar é algo novo e muito difícil de ser feito, exatamente por se tratar de algo que vinha de um silenciamento secular por parte de assediadores para com as vítimas e por mexer em hierarquias de poder. Poucos ou quase nenhum artigo acadêmico há sobre o tema, pois o movimento ainda aconteceu muito recentemente, no ano de 2020, sendo encontrado apenas um artigo no espaço jurídico e outro mais voltado à educação. Ambos serão apresentados brevemente aqui.

O primeiro artigo foi encontrado em uma revista de História, logo produzida por profissionais da área da educação, traz no título ‘#Exposed: Como a Discussão de Gênero em

<sup>40</sup> Do sul ao norte do país, os movimentos de expor os assediadores sexuais foram acontecendo pela internet. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/01/elas-se-calaram-agora-expoem-casos-de-assedio-e-estupro-no-twitter.htm>

Sala de Aula Pode Ajudar a Combater o Assédio Sexual nas Escolas” e aponta os desafios de abordar o assédio no espaço escolar:

[...] sobre as urgentes necessidades de se introduzir as discussões de Gênero no âmbito da sala de aula, bem como pelo fato de que o movimento do #exposed revelou um problema intrínseco, antigo e “acobertado” na educação brasileira: o assédio como modalidade extrema da violência de gênero perpetrado por docentes contra discentes. (Silva,2021)

A pesquisa abordada no artigo traz na primeira parte uma identificação dos papéis sociais e de gênero construídos na sociedade, levando a comportamentos do masculino diferenciado do feminino de tal forma que essa identificação é imposta a quem ainda vai nascer, apresentada no próprio ambiente familiar. Por isso, acreditam os pesquisadores que é necessária uma reeducação, ou desconstrução, na própria escola, discutindo gênero para que o assédio seja facilmente identificado e denunciado como uma prática de abuso e violência.

Segundo a socióloga feminista Nancy Chodorow “a divisão de gênero está ligada a construção de papéis que carregam tarefas de quem vai acumular poder nas relações sociais” (1978). Portanto o professor, como homem culturalmente e socialmente construído nessa sociedade como alguém que tem poder, normaliza a conduta de abusador, por ser homem e, mais do que isso, vindo de um professor incorpora a autoridade de não ser questionado, apresentando-se como dono da verdade, da sabedoria, detentor do conhecimento, logo ligado a verdade e a razão, perpassando por construções de poder duplamente fortalecidos, ser homem e ser professor, quase inquestionáveis em uma sociedade patriarcal.

Na segunda parte da pesquisa, deste mesmo artigo, apresenta-se a explosão do movimento #exposed, surgido nos Estados Unidos para denunciar vários casos de abuso de poder, com os mais variados temas: corrupção, racismo, traição, crimes, assédio, até chegar aqui no Brasil, quando apresenta-se o movimento #exposed acontecendo em 2020, em plena pandemia do Covid 19, quebrando o silêncio de casos de assédio sexual nas escolas cometidos por professores.

A sistemática do movimento era bem simples, porém efetiva. Cada usuária usava a expressão “#exposed/” seguida do nome da cidade e, logo depois, era feita a denúncia da situação de constrangimento sofrida pelas estudantes, desde insinuações sexuais, piadas de duplo sentido, até o toque não autorizado em seus corpos, as mensagens indecentes em aplicativos de mensagens e, por mais absurdo que possa parecer, as tentativas de estupro, com muitos casos de estupro consumado. (Silva,2021, p.7)

Explica o processo do acontecimento do #exposed, mas apresenta o papel social da escola e vai construindo a necessidade de mudar mais um espaço de opressão para meninas e mulheres.

O segundo artigo acadêmico é da área jurídica, já que o evento envolveu a atuação do Ministério Público de vários estados brasileiros. Com o título ‘A Prática de Exposed na internet e a configuração da conduta como abuso de direito’ apresenta-se o confronto entre a liberdade de expressão da vítima em choque com o direito à privacidade do assediador.

Esse artigo apresenta os riscos pelos quais meninas e mulheres passam de vítimas à culpadas, a depender da forma que se faz a denúncia. Não à toa meninas e mulheres não denunciam, pois o sistema judiciário brasileiro e outras instituições demonstram o quanto é preciso passarem por processos de mudanças no perfil de gênero e de composição social de quem as compõem. Tendo sido criado em 2021 um Protocolo<sup>41</sup> para julgamento com perspectiva de gênero, tendo como base os países vizinhos na América Latina, como México, Chile, Bolívia, Colômbia e Uruguai, que já editaram seus protocolos, significa o amadurecimento no reconhecimento das desigualdades históricas, sociais, econômicas, políticas e portanto refletidas no judiciário desses países.

Observa-se que as vítimas estão em situação de vulnerabilidade historicamente construída pelo machismo, que coloca o homem na situação de poder quase inabalável, pois a sociedade, algumas mulheres incluídas, têm seus valores culturalmente construídos no machismo e são, esses e essas, as pessoas que ocupam as instituições escolares, secretarias de educação, direção de escolas, juízes, advogados, delegados. Diante desse cenário social e institucional, torna-se muito desafiador o processo de denúncia:

Ainda, ressalva-se que o autor do fato poderá tentar silenciar a vítima. Nesse sentido, um dos medos do praticante ao recorrer ao Poder Judiciário está na possível retaliação por parte da pessoa exposta, podendo resultar na retirada da denúncia ou queixa-crime, bem como em uma provável retratação pública pelo Exposed feito. Tal possibilidade junto à crescente popularidade do movimento, fez com que cada vez mais pessoas recorressem ao apoio dos internautas para o efetivo relato do acontecimento, de forma a expor situações que lhe causavam medo ou até constrangimento. Entretanto, embora tal possibilidade tenha empoderado várias vítimas por meio da liberdade de expressão, a exposição realizada de forma equivocada ou sendo inobservados certos preceitos, podem gerar consequências negativas, como um processo judicial contrário a si. (Bolesina, 2021)

Isso significa que, para o judiciário, narrar os fatos via redes sociais pode, pois, enquadrar-se na liberdade de expressão, por outro lado a vítima pode ter que responder juridicamente se disser a autoria do crime, pois esbarra na exposição do indivíduo sem sua

---

<sup>41</sup> Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-de-genero-cnj-24-03-2022.pdf>

permissão, como se estivesse violando o direito de privacidade do assediador. Como vemos ainda há muito que mudar nesse espaço jurídico.

Há todo um contexto com elementos históricos que compõem a caminhada de exposições de casos na internet que fazem parte do movimento feminista com o ciberativismo aqui no Brasil. A primeira menção ocorreu em junho de 2012, após um obstetra, Jorge Francisco Kuhn, dar uma entrevista no programa da TV Globo “Fantástico” e defender o direito das mulheres grávidas optarem pelo parto em casa, ou o ‘parto humanizado’ como é popularmente conhecido. Imediatamente o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro pressionou o Conselho Regional de Medicina de São Paulo para punir o médico e, a partir daí, iniciou-se uma campanha nas redes sociais na plataforma Facebook, organizado por mulheres para que isso não ocorresse e a pauta do direito da mulher grávida escolher seu parto ganhou voz, levando inclusive à ‘Marcha do Parto em Casa’ em cerca de 21 cidades pelo país. Iniciava no Brasil, um encontro do feminismo com o ciberativismo.

As organizadoras afirmam que não defendem o parto em caso, mas o “parto humanizado” e o direito de escolha da mulher. “O objetivo da marcha é trazer visibilidade para a questão, que está em um terreno sombrio da legislação. Os planos de saúde, por exemplo, não cobrem o parto em casa”, disse Ana Cristina, que trabalha tanto em partos domiciliares como hospitalares. (Melo, 2012)

Em 2015, foi a vez do #MeuAmigoSecreto apresentar-se como movimento. Muitos assediadores não se identificaram como tal e essa campanha, que se tornou viral nas redes sociais, alertou para as ações normalizadas de violências e abusos de alguns homens, arrancando as máscaras de muitos que se apresentavam nas ruas como desconstruídos, progressistas, até mesmo de esquerda. Nas relações íntimas, porém, a postura era outra bem diferente: violentos, conservadores nos valores e costumes com as mulheres. Alguns posteriormente foram definidos como esquerdo-machos, termo que permanece até os dias de hoje. Entre os exemplos de relatos do cibermovimento #meuamigosecreto:

#MeuAmigoSecreto adora sexo, mas acha que, se a mulher quer transar no primeiro encontro, não serve pra namorar, afinal, se ela transa de primeira, ela é uma puta”, diz um dos relatos. “#MeuAmigoSecreto é cristão, antifeminista, ‘pró vida’ e casado... Mas, quando a amante engravidou, procurou cytotec (pílula abortiva) até na China” ou “#MeuAmigoSecreto vive perguntando: ‘Por que você é feminista, se as mulheres já conquistaram tudo o que queriam?’”, dizem outros. (Moraes, 2015)

Nos encontramos com outro grande cibermovimento que se inicia nos EUA e chega em vários lugares do mundo, influenciando milhares de mulheres a denunciar seus assediadores sexuais: o movimento #MeToo. O processo de denúncia servirá de exemplo



para várias meninas e mulheres internacionalmente, impulsionando denúncias em várias partes do mundo contra assediadores, via de regra, de comportamentos inquestionáveis.

Tudo começou com um caso que veio à tona no jornal The New York Times acusando um dos maiores executivos de Hollywood, Harvey Weinstein, de ter assediado, abusado e até estuprado dezenas de atrizes. As primeiras acusações apareceram em 5 de outubro, e o poderoso produtor acabou demitido de sua própria empresa durante aquela semana. A "Caixa de Pandora" foi aberta. Weinstein nega ter se envolvido em sexo não consensual.

Em 15 de outubro, a atriz Alyssa Milano sugeriu no Twitter que todas as mulheres que tivessem sido sexualmente assediadas ou agredidas respondessem para ela na rede social com a hashtag #MeToo ("Eu também" em tradução livre). A ideia era mostrar a dimensão do problema. Pelo menos meio milhão de mulheres enviaram suas respostas nas primeiras 24 horas. (Pellegrino, 2023)

O ano que iniciou o movimento #MeToo foi 2017, período em que avançávamos a uma popularização do uso da internet. Hoje passados mais de 7 anos é possível fazer uma leitura desse e de outros movimentos que influenciaram e fortaleceram novas gerações de meninas, mulheres e homens também, na forma como o assédio pode ser identificado e tratado. Ainda assim, segue a necessidade de uma melhor prevenção dessa violência. O movimento de expor os assediadores chega com outras roupagens até as escolas em 2020.

Na verdade, a caminhada de denúncias públicas na internet conhecidas por movimentos como #MeuAmigoSecreto, #MeToo e #Exposed revela que muitos assediadores não se enxergam como agressores e muitas vítimas que seguiam sufocadas em silêncios culturalmente construídos não se identificavam como vítimas de violência, de assédio e abusos sexuais, vejamos o que diz Heloísa Buarque de Hollanda sobre o movimento: "O #MeToo foi um tsunami que liberou ondas e águas represadas há dois milênios. O movimento fala por mim, por você, por todas as mulheres que eram tão sufocadas que nem percebiam que assédio era assédio." (Possas, 2019)

É preciso compreender que a escola reproduz e reflete a sociedade que vivemos e procura, inclusive, adaptar estudantes a uma relação hierárquica e de poder, estabelecido desde as gestões escolares, passando por professores, até chegar nas estudantes. Em toda relação hierárquica de poder há um terreno fértil e propício a assédios, seja moral ou sexual, inclusive quando as relações hierárquicas são conduzidas por homens. O machismo cultural e milenar continua a mover relações de poder, inclusive em instituições públicas ou privadas.

Em matéria do programa Fantástico da TV Globo, o cibermovimento das estudantes foi assim caracterizado:

Elas usaram uma mesma palavra para denunciar: exposed, que significa exposto, exposta. Um movimento mundial, que tem encorajado muitas alunas a revelarem casos de abuso. Nos últimos meses, a hashtag exposed vem reunindo denúncias,

principalmente de mulheres, que alegam terem sofrido abuso por parte de professores. Alguns casos estão sendo investigados pela polícia e pelo Ministério Público. (Globo, 2023)

“Muitas das alunas, são meninas que já saíram da escola”, ou seja, ex-alunas, afirma uma entrevistada pelo Fantástico. Isso revela os desafios de enfrentar as hierarquias no espaço escolar, a possibilidade de serem ouvidas e terem suas denúncias acolhidas e encaminhadas.

O assédio fere muito as meninas. Há denúncias de jovens que se mutilavam, perda de interesse pelos estudos, desânimo das vítimas. Um outro dado interessante na reportagem é de que muitas meninas já haviam denunciado à gestão escolar e nada havia sido feito, porém com o movimento #exposed muitos professores denunciados foram demitidos. O que mudou? A exposição nas redes sociais apresenta para a sociedade, dá visibilidade a quanto determinada escola é conivente com práticas violentas e abusivas. Para tentar lidar com a “mancha” na imagem da escola, atitudes tiveram que ser tomadas.

A matéria do Jornal O Povo, de 26 de junho de 2020, apresenta a repercussão dos casos de assédio sexual nas escolas no Ceará e o movimento no Judiciário para demonstrar que havia interesse em resolver os casos.

A maioria dos relatos de assédio em ambiente escolar de Fortaleza iniciou com casos na rede particular de ensino, porém, desde quinta-feira, 25, as denúncias têm se expandido também para a rede pública de ensino. Assim como em Sobral, o Ministério Público do Ceará ajuizou uma investigação a fim de identificar as vítimas e os abusadores e apurar os crimes. O caso também está sendo investigado pela Polícia Civil, que já colheu depoimentos de envolvidos. (Magno, 2023)

Importante saber, passados 5 anos, o que a Secretaria de Educação tomou de providências para inibir os casos de assédio sexual nas escolas. A matéria também aponta um passo a passo para que as vítimas saibam o que fazer em casos de assédio sexual nas escolas. E as escolas, o que têm feito nestes anos após os casos denunciados? Existe uma premiação através de um selo Antirracista<sup>42</sup> para algumas escolas que trabalham o combate ao racismo e por isso algumas escolas buscam trabalhar o combate ao racismo durante todo o ano letivo. Mas sobre gênero? Não há nenhum estímulo sobre as questões de gênero na escola. Nenhuma premiação a escolas que combatem o machismo. Nunca há tempo para dedicar-se fora do calendário escolar, a não ser quando parte de experiências isoladas de professoras feministas.

---

<sup>42</sup> Sobre o selo Antirracista da Secretaria de Educação Ceará.  
<https://www.seduc.ce.gov.br/2025/04/30/seduc-lanca-iii-edital-do-selo-escola-antirracista/>

Para ajudar a compreender a educação antimachista é preciso uma rede de estudo com referenciais bibliográficos que possam fazer compreender os movimentos feministas e a educação crítica.

Bell Hooks, mulher negra, feminista, educadora, paulofreiriana, traz diversas obras importantes que intersecciona a educação e o feminismo. Em seu livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”(2013) apresenta, através de suas experiências, que é possível ensinar a transgredir barreiras raciais, sexuais, sociais, dentre outras à procura do sentimento de liberdade ou de democracia contra as opressões. A autora critica a educação bancária, tão comum em nossas escolas, positivista e conservadora. Em “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras” outra importante obra de bell hooks, nos é apresentado o feminismo e também apontada a necessidade e a importância de popularizá-lo, engajando a todos, pois só através do feminismo é possível a libertação das mulheres e dos homens. A autora apresenta ainda críticas ao movimento feminista sem rebaixá-lo, mas sim defendendo-o como algo necessário para superar a dominação de corpos.

No texto “Por uma pedagogia interseccional”, bell hooks, do livro Ensinando a Transgredir (2013), vai defender a construção de uma educação antirracista, anti-sexista e anti-homofóbica, onde a voz dos estudantes é para ser ouvida e respeitada. Em “Erguer a Voz: pensar como feminista, pensar como negra”(2019), ela articula simultaneamente com o corpo, a coragem e o compromisso com a dignidade humana, primeiro livro de bell hooks é uma autoafirmação do quanto o pessoal é político, denunciando silenciamentos e ocultamentos, vencendo medos e angústias, as obras de bell hooks se revela com uma identificação do ascenso feminista nas escolas, também trabalhada no Núcleo de Gênero, sendo portanto uma influência intelectual importante na atual geração de jovens feministas.

Além de Bell Hooks é preciso explorar experiências e contribuições de outras e outros autores, como a autora Eliane Rose Maio, pós-doutora em Educação, professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Eliane Maio organizou uma obra com excelentes textos com intersecção entre feminismos, estudos de gênero, teorias da educação, vivências pessoais e representações midiáticas, abordados em salas de aula:, “Gênero e Sexualidade: Interfaces educativas” (2018).

O livro é um convite à reflexão e à ação, mostrando que a escola tem um papel central na promoção da equidade de gênero e no respeito à diversidade sexual, sendo um espaço onde a desconstrução de preconceitos e a construção de uma sociedade mais justa podem e devem começar, propondo que a escola envolva os pais, responsáveis e a comunidade no diálogo sobre gênero e sexualidade para construir um ambiente escolar mais

acolhedor, propondo formação para capacitar os professores para que se sintam seguros e preparados para abordar as temáticas de gênero em sala de aula, superando tabus e resistências. Professores capacitados podem incluir o uso de literatura, filmes, debates, projetos e outras atividades que promovam a empatia e o reconhecimento da pluralidade de gênero e o respeito a todas as questões de desafio que a sociedade impõe, fugindo do caminho da ignorância e violência. A mudança curricular é um dos pressupostos fundamentais para avançarmos socialmente no espaço interno e externo a escola.

Para a construção de uma educação crítica, Paulo Freire é um autor que não pode faltar em qualquer pesquisa que aborde minimamente uma educação transformadora. Na obra “Educação como prática da liberdade”(2022), Paulo Freire apresenta a sociedade brasileira em transição e fechada à democracia, dentro de um contexto de uma educação popular libertadora e de conscientização política. Neste livro de Paulo Freire ele propõe que o processo de ensino-aprendizagem se dê através do diálogo horizontal, entre educador e educando, uma proposta que leva ao questionamento da hierarquia de poderes entre educador e educando, homens e mulheres, tornando as pautas exigidas por estudantes como uma transformação necessária aos tempos atuais, como discutir gênero e propondo abolir violências como o assédio sexual, permitindo que o professor se torne um aliado e não um potencial assediador. A obra aponta estudantes e professores como sujeitos ativos no processo de mudanças, construindo o conhecimento juntos. O objetivo não é apenas transmitir conteúdos, mas sim desenvolver a capacidade crítica dos indivíduos para que possam compreender e transformar sua realidade.

Para Paulo Freire, o professor pode e deve chegar a uma consciência crítica, através da reflexão sobre suas condições de vida e de opressão, adquirir uma compreensão mais profunda das estruturas sociais que os afetam, mas tudo isso depende de uma formação que o leve ao pensamento crítico e pelo visto não é o que temos atualmente em nossas universidades, salvo algumas exceções. Só é possível uma reflexão crítica, através de mudanças curriculares desde as licenciaturas, passando por adquirirmos outros currículos escolares como foram exigidos por estudantes que ocuparam escolas em 2016, também é possível que o professor tenha uma compreensão que os leve a uma ação transformadora sobre o mundo. Segundo Freire *“A educação, nesse sentido, não é neutra; ela pode ser um instrumento de opressão ou de libertação.”* Até aqui Freire tem razão, no seu raciocínio, porém se não fosse um Ministério da Educação que também não é neutro e, portanto, incapaz de romper seus laços com ideias e compromissos neoliberais capitalistas, assim sendo, os currículos universitários e escolares não terão o propósito de romper com a base do

capitalismo que se dá através da opressão e dominação dos corpos, inclusive corpos de mulheres. Portanto, vai caber aqui a abordagem de Silvia Federici e o papel social das mulheres na sociedade capitalista que nós estamos inseridos.

Mesmo que Paulo Freire, tenha no final da sua vida aperfeiçoado suas críticas ao sistema capitalista, ele era um esperançoso, no sentido de agir pacientemente por propósitos críticos. Freire não elaborou textos econômicos anticapitalistas como Marx, porém suas ideias pedagógicas e filosóficas são fundamentalmente anti-capitalistas em sua essência. Para Freire, a educação libertadora é fundamental para que os oprimidos compreendam a lógica capitalista e atuem para transformá-la. Ele via a educação como uma ferramenta crucial para a conscientização das massas sobre as estruturas de opressão e para a promoção de uma ação transformadora que levasse à superação dessas estruturas em busca de uma sociedade mais justa, solidária e humana. Por isso ele foi forçado a se exilar na época da ditadura militar e hoje é tão odiado por olavistas<sup>43</sup>. Porém a ideologia da classe dominante está constantemente solapando qualquer possibilidade de pensamento crítico, seja através do domínio dos meios de comunicação ou por perseguição a professoras transgressoras.

As secretarias de educação são instituições do Estado e só se confirma como verdadeira a afirmação de Karl Marx que escreveu em 1848 no Manifesto Comunista: “*O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa*”, pois o que temos visto são as secretarias de educação abraçando instituições privadas que dão cursos para formadores de professores como a Instituição Itaú<sup>44</sup>, não faltam artigos sobre as influências de instituições privadas na educação pública<sup>45</sup>. Se as secretarias de educação estão sendo dominadas por instituições privadas e o Ministério da Educação fica calado sobre isso, é porque faz parte do MEC essa dominação ideológica neoliberal, como os professores avançam criticamente diante de formações neoliberais a não ser através da luta de movimentos sociais que adentram os muros escolares, como a onda feminista.

Aqui cabe a autora Silvia Federici, ativista feminista, italiana, escritora e filósofa, conhecida mundialmente por trazer debates feministas que apresentam elementos históricos da construção do patriarcado e das opressões dominantes, também nos auxilia com

---

<sup>43</sup> Matéria que aborda diferenças entre Paulo Freire e os ideais totalmente opostos de Olavo de Carvalho. <https://acaoeducativa.org.br/por-que-o-brasil-de-olavo-e-bolsonaro-ve-em-paulo-freire-um-inimigo/>

<sup>44</sup> A Fundação Itaú está pagando cursos de mestrado na PUC-SP para os formadores de professores que estão trabalhando nas secretarias de educação dos municípios e estados <https://www.instagram.com/p/DJSUUtOAmu/>

<sup>45</sup> Artigo que fala sobre as instituições privadas nas escolas públicas. <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1834>

sua obra “Mulheres e a caça às bruxas”(2019), em que a autora atualiza os temas de perseguição às mulheres, talvez seja a mais indicada para o diálogo com nossa pesquisa.

Federici, explica didaticamente em sua obra, como se deu o papel de dominação da mulher na passagem do feudalismo para o capitalismo e como a dominação e a opressão permanente do corpo feminino faz parte da base de sustentação do sistema capitalista até os dias de hoje. Para Federici, foi e é estabelecida uma verdadeira guerra contra as mulheres, para melhor objetificá-las a necessidade do capital. O surgimento do capitalismo está diretamente interligado ao fortalecimento do patriarcado, nos fazendo refletir sobre como a violência contra as mulheres pode ser uma ferramenta estratégica na construção de sistemas econômicos e sociais de dominação e controle do corpo das mulheres, manter desde cedo meninas subjugadas aos desejos masculinos, para que cresçam aprendendo qual seu lugar na sociedade patriarcal, o assédio sexual à meninas e mulheres é parte dessa dominação normalizada e portanto tolerada por muitas pessoas. Nos casos de assédio sexual em todas as estruturas sociais e isso inclui as escolas, é comum quem denuncia ser isolada e mal vista, enquanto o assediador segue sua vida com naturalidade.

Para fechar nossas referências bibliográficas, pelo menos até aqui, trago uma obra que dialoga com a educação e a diversidade, é o Livro 2 “Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos” (2015), uma edição do Paraná, que traz as pautas discutidas na CONAE - Conferência Nacional de Educação, que vinha acontecendo de forma estruturada em diferentes encontros com etapas municipais e depois estaduais, de forma democrática envolvendo a sociedade civil e o Estado, no sentido de ajudar a participação popular na construção do Sistema Nacional de Educação.

Lógico que esse caráter mais democrático ficou no passado, antes da destruição conservadora que ocupou o cargo máximo da República de 2019 a 2022 e com isso o Ministério da Educação foi ocupado por quem mais despreza a democracia e as pautas de diversidade, inclusive abraçando o projeto ultra conservador Escola Sem Partido. Aqui cabe dizer que será necessária uma recuperação dos CONAE's, além dos debates municipais e estaduais de educação, assim como discussão nas escolas e formação permanente de professores. A obra apresenta que as pautas de gênero e diversidade estavam sendo construídas no universo escolar e essa obra é exatamente a prova dos avanços democráticos e o debate de gênero que sentíamos no chão das escolas e que mesmo passado o governo de Michel Temer e de Bolsonaro, a onda de ódio às mulheres continuou crescendo e o feminismo em baixa. Essa luta social contra o machismo foi sofrendo ataques até porque a estrutura do capital é alicerçada no ódio à mulheres como bem explicou Silvia Federici e enquanto os

governos estiverem sob o domínio do capital, será a ideologia burguesa, ora mais conservadora ora mais liberal que vai prevalecer.

Apresento a seguir duas propostas pedagógicas que venho desenvolvendo, inspirada nas reflexões acionadas pela minha trajetória na docência e pela observação dos movimentos feministas na escola.

Diante de todos os relatos de experiência no chão da escola abordado neste trabalho sobre gênero e a luta por democracia escolar para o combate ao machismo, a experiência do Núcleo de Gênero foi a mais enriquecedora, uma ferramenta que melhor combateu no dia a dia escolar o que surgia de desafio e avançava na consciência dos estudantes mesmo que lentamente, mas como nos ensinou os textos de Dayrell e Paulo Freire, a escola reflete a sociedade e os muros escolares não são barreiras intransponíveis para os acontecimentos do mundo. O Núcleo de Gênero não resistiu aos ataques dos tempos misóginos com o governo Bolsonaro e as professoras que estiveram responsáveis por ele, hoje já não estão mais na escola, fomos perseguidas e sofremos assédio moral, portanto neste trabalho, procuro apresentar outros suportes pedagógicos que possam servir como ferramenta de combate a misoginia na escola, pensando também como podemos fomentar as iniciativas feministas sem ficarmos tão expostas a retaliações.

#### 4 PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DE COMBATE AO MACHISMO NA ESCOLA

Apontar a necessidade de construir na escola o espaço de combate ao machismo, sabendo que este constitui as estruturas escolares assim como toda a sociedade, parece ser um desafio grande demais, e é, porém as mudanças existem e como foi apontado no processo transformador de lutas feministas ao longo deste trabalho, essas mudanças chegam até a escola de diversas formas, mesmo que o ambiente escolar pareça erguer um muro de valores intransponíveis e *habitus* (modo de agir, pensar e sentir) difíceis de serem mudados, como afirma Bourdieu (2012) em seu livro, *A Dominação Masculina*.

O sociólogo francês também nos lembra que o *habitus* é algo forjado, construído e, portanto, pode ser desconstruído. É sobre o processo de desconstrução de dominação masculina que a escola e toda sociedade precisa avançar, para que professoras e meninas não sejam as vítimas preferenciais de violências na escola, aliás para que possamos caminhar para reduzir os dados de violência dentro e fora da escola.

Se é verdade que o princípio de perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente, ou principalmente, em um dos lugares mais visíveis de seu exercício, isto é, dentro da unidade doméstica, sobre a qual um certo discurso feminista concentrou todos os olhares, mas em instâncias como a Escola ou o Estado, lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado, é um campo de ação imensa que se encontra aberto às lutas feministas, chamadas então a assumir um papel original, e bem definido, no seio mesmo das lutas políticas contra as formas de dominação. (Bourdieu, 2002, p. 10-11)

Buscando contribuir para essa empreitada, apresentamos a seguir duas propostas de intervenção pedagógica com a temática de gênero. As intervenções foram realizadas no período entre os meses de fevereiro a junho do ano letivo de 2025, nas turmas de primeiro e segundo ano, numa escola regular nos turnos manhã e tarde, Escola de Ensino Médio General Murilo Borges, situada num bairro periférico<sup>46</sup> da cidade de Fortaleza, em cima do Morro Santa Terezinha no bairro Vicente Pinzon. A primeira proposta foi aplicada já no início do ano letivo de 2025, e a segunda proposta que constitui um projeto pedagógico, segue sendo aplicada durante todo o ano letivo de 2025 e vem sendo construída de acordo com os conteúdos a serem dados.

<sup>46</sup> Sobre o bairro Vicente Pinzon em relação ao IDH e outros bairros da cidade atualmente no bairro  
<https://www.profmoises.com/2015/04/lista-do-bairro-de-fortaleza-por-indice.html> Sobre as questões sociais  
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/apos-mortes-por-guerra-entre-faccoes-no-vicente-pinzon-governador-acompanha-megaoperacao-1.3671271>



As ideias das duas propostas surgiram depois da mudança de escola pela pesquisadora. Já que na escola anterior a tentativa de construção do Núcleo de Gênero fez com que as professoras idealizadoras sofressem perseguição política vinda de professores assediadores de estudantes e seus simpatizantes, dificultando a existência do Núcleo de Gênero através da invisibilidade e da falta de espaço e apoio que a própria gestão escolar promovia.

A tentativa com as novas intervenções pedagógicas envolve o interesse e compromisso pedagógico, ético e político por continuar promovendo ações de enfrentamento ao machismo e incentivo à organização e mobilização das/os estudantes em torno do tema. Entendemos que o encontro dos feminismos nas escolas ocorre por muitas vias e nossa contribuição docente é fundamental nesse processo.

Na primeira iniciativa, buscamos ampliar as reflexões e ações de combate ao machismo através das aulas de Sociologia, no período carnavalesco, refletindo sobre os limites das interações afetivas com meninas e mulheres durante o carnaval. O tema gerou repercussões, levando-nos a seguir com o debate pela proximidade com a data do Dia Internacional da Mulher, o 08 de Março.

A aula introdutória foi para explicar como surgiu o carnaval, quem o trouxe para o Brasil e os contornos que o carnaval ganhou na atualidade, visto como a maior festa popular, os índices de assédios sexuais e outras violências contra mulher aumentam neste período. A seguir apresento o plano de aula e na sequência traço algumas reflexões sobre como a discussão interpelou os/as estudantes, explorando, especialmente, seus relatos, além da minha percepção mais geral do que a atividade motivou em termos pedagógicos.

#### **4.1 Plano de aula: Carnaval sem assédio**

A proposta do tema surgiu no início do ano letivo com a proximidade do carnaval e com a data do Dia Internacional da Mulher, 08 de março. Com a intenção de apresentar temas sobre gênero e o combate às violências tão mais intensas nestes dias de carnaval.

**Tabela 1** – Plano da aula 01 do projeto Carnaval sem assédio

<b>Introdução</b>
Durante essa atividade, os estudantes irão analisar o papel do respeito e da ética no carnaval. Na primeira aula, participarão de uma roda de debate abordando os limites entre liberdade e

assédio e assistirão a uma aula expositiva sobre questões históricas, filosóficas e sociológicas sobre carnaval e respeito no espaço público. Na aula seguinte, os alunos produzirão cartazes mostrando o que promove um ambiente seguro, acompanhados de uma roda de debate para refletir sobre suas produções e o impacto social.

### **Objetivos:**

Esta atividade tem como objetivo principal engajar os/as alunos/as em uma reflexão crítica sobre questões éticas e morais contemporâneas de combate ao machismo e à misoginia, particularmente no contexto do carnaval, uma tradição cultural rica e complexa. A atividade busca fazer com que os/as estudantes compreendam a importância do respeito e da ética no espaço público, especialmente em eventos de grande aglomeração e, o principal, o respeito às mulheres. O objetivo é fomentar a habilidade de argumentação e análise crítica, incentivando os alunos a discutir e debater temas sensíveis de forma construtiva e empática. Além disso, a produção de cartazes estimulará a expressão criativa dos alunos/as, promovendo o trabalho colaborativo e a responsabilidade social no ambiente escolar.

### **Habilidades Específicas da Base Nacional Comum Curricular:**

EM13CHS102: Compreender a importância da igualdade de gênero e respeito às diferenças na sociedade.

EM13CHS302: Analisar e interpretar textos que abordam questões de gênero e diversidade.

EM13CHS402: Desenvolver habilidades para lidar com situações de discriminação e preconceito.

EM13CHS602: Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

### **Conteúdo Programático**

1. explorar os conceitos sociológicos e históricos sobre o carnaval;
2. abordar as relações dos papéis de gênero durante o carnaval e uma compreensão de ética e respeito também neste contexto festivo popular;

3. examinar as questões sociais e culturais relevantes que emergem durante este evento.

### **Discussões a serem propostas com base no conteúdo programático**

A discussão incluirá as noções de liberdade individual versus respeito às mulheres, e os desafios decorrentes dessa dinâmica em espaços públicos. O objetivo é proporcionar aos alunos uma compreensão abrangente das implicações filosóficas e morais que cercam a construção do comportamento dos homens em relação às mulheres. Essas discussões são fundamentais para capacitar os estudantes para analisarem criticamente as normas sociais e culturais que moldam o machismo e a misoginia. A violência contra a mulher é uma construção cultural e por isso deve ser desconstruída, para que não aconteça. Aqui enfatizamos o exercício da imaginação sociológica com vista à desnaturalização das dinâmicas interativas no contexto do carnaval e outros de socialização.

### **Metodologia:**

As metodologias adotadas para essa atividade buscam promover um ambiente de aprendizado ativo e participativo. A roda de debate, por exemplo, oferece um espaço onde os/as alunos/as podem expressar suas opiniões e refletir sobre as perspectivas dos/as colegas, desenvolvendo habilidades de comunicação e escuta ativa. A aula expositiva proporciona o conhecimento teórico necessário sobre o tema, dando subsídios para a análise crítica. Já a atividade mão-na-massa, onde os/as alunos/as criam cartazes, permite a aplicação prática do conhecimento adquirido, incentivando a criatividade e o trabalho colaborativo entre os pares. Essas metodologias, além de promoverem um ambiente inclusivo, garantem que os objetivos de aprendizagem sejam atingidos de forma democrática e participativa.

### **Aulas e Sequências Didáticas:**

O cronograma da atividade está organizado em duas aulas de 50 minutos cada. Na primeira aula, os/as alunos/as participaram de uma aula expositiva sobre a história do carnaval e o respeito no espaço público, logo depois organizamos uma roda de debate para discutir os limites entre liberdade e assédio no carnaval, o que pode e o que não pode, identificando o que é assédio e importunação sexual. Na aula seguinte, os/as alunos/as realizaram uma atividade prática, criando cartazes que refletem sobre o ambiente seguro, e participaram novamente de uma roda de debate para discutir suas produções. Cada sessão foi planejada

para maximizar o engajamento dos/as alunos/as e promover uma aprendizagem ativa e colaborativa.

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

**Tabela 2 – Plano da aula 02 do projeto Carnaval sem assédio**

**Criação de cartazes sobre ambiente seguro: o que pode e o que não pode, no carnaval e roda de debate sobre as produções.**

*Momento 1:* Introdução à Atividade de Criação de Cartazes (Estimativa: 10 minutos)

Inicie a aula dando as boas-vindas aos/as alunos/as e apresentando o tema do dia: Criação de cartazes sobre um ambiente seguro durante o carnaval. Explique a importância desta atividade como forma de consolidar o que foi aprendido na aula anterior sobre ética e respeito. Instrua os/as alunos/as a trabalharem em grupos pequenos de 4 a 5 integrantes para estimular a colaboração. Disponibilize papéis e materiais de escrita e colagem. É importante que o/a professor/a motive os/as estudantes a pensar criativamente. O/a professor/a também pode pedir que neste dia eles/as levem cartolina e imagens, enquanto o/a docente leva cola, tesoura e pincéis coloridos.

*Momento 2:* Desenvolvimento dos Cartazes (Estimativa: 25 minutos)

Oriente os grupos a começarem a elaborar seus cartazes, discutindo primeiramente as ideias sobre o que consideram um ambiente seguro no carnaval. Incentive-os a utilizar exemplos e situações discutidas previamente. Faça intervenções positivas, circulando entre os grupos para apoiar, sugerir ideias e esclarecer dúvidas. Avalie a criatividade e o grau de entendimento dos conceitos pelos/as alunos/as através da observação da atividade e interação dos/as estudantes durante a elaboração dos cartazes.

*Momento 3:* Apresentação dos Cartazes e Primeira Roda de Debate (Estimativa: 10 minutos)

Convide cada grupo a apresentar seu cartaz brevemente para a turma. Instrua-os a expor a mensagem principal, as escolhas de imagens ou palavras e as ideias que desejam transmitir. Após cada apresentação, abra espaço para uma breve discussão, permitindo que outros/as alunos/as façam perguntas ou ofereçam feedbacks construtivos. É importante que o(a) professor(a) guie a discussão para garantir o foco ao tema, a apresentação é breve, pois

muitos acabam apresentando pontos muito semelhantes, o importante desse momento é permitir a fala e alguns destaques entre eles/as.

*Momento 4: Encerramento e Reflexão Final (Estimativa: 5 minutos)*

Finalizar a aula com uma reflexão coletiva sobre os temas abordados e a atividade realizada. Pergunte aos/as alunos/as sobre seus sentimentos em relação ao impacto que ações e ideias discutidas podem ter em eventos como o carnaval ou mesmo outras circunstâncias de interação social. Reforce a importância da colaboração e do respeito mútuo. Permita breves feedbacks sobre a aula e os desafios enfrentados pelos grupos. Avalie a capacidade dos/as alunos/as em sintetizar conceitos e suas experiências no desenvolvimento dos cartazes.

**Avaliação**

A avaliação desta atividade é baseada em métodos diversificados e adaptáveis, permitindo que o/a professor/a escolha a melhor abordagem para os objetivos de aprendizagem. Uma das opções é a avaliação formativa durante as rodas de debate, onde o/a docente observará a participação, a qualidade dos argumentos apresentados e a empatia demonstrada pelos/as alunos/as. Outra opção é a avaliação dos cartazes produzidos, considerando criatividade, clareza e coerência com o tema proposto. Além disso, o feedback formativo será essencial, oferecendo aos/as estudantes uma compreensão clara de seus progressos e áreas de melhoria.

**Materiais e ferramentas:**

Os recursos necessários para implementar esta atividade incluem materiais básicos para a produção dos cartazes, como papéis, canetas e pincéis coloridos, tesouras e colas. Além disso, o/a professor/a precisará de um espaço adequado para organizar as rodas de debate, que permita a interação entre os/as alunos/as de forma confortável e inclusiva. O uso de materiais impressos para a aula expositiva, como folhetos com definições e exemplos, poderá enriquecer a compreensão teórica dos/as estudantes. É importante que os recursos materiais estejam inteiramente alinhados com o objetivo de promover um ambiente educativo descontraído e eficaz.

**Inclusão e acessibilidade:**

Sabemos que a sobrecarga de trabalho dos/as professores/as é uma realidade desafiadora, mas garantir a inclusão e a acessibilidade nas práticas educativas é algo que não podemos deixar de lado. Para a implementação teste dessa atividade, embora não houvesse alunos/as com

condições específicas, recomendamos práticas que promovam a inclusão de todas as características individuais e socioculturais dos/as discentes. Utilizar uma abordagem flexível que valoriza as diferentes opiniões e formas de expressão dos/as estudantes é fundamental. Isso pode ser conseguido por meio da promoção de um ambiente seguro para discussões e debates, assegurando que cada aluno/a se sinta respeitado/a e ouvido. Os procedimentos adotados devem priorizar a diversidade cultural e o respeito mútuo, incentivando a participação de todos/as os/as alunos/as de forma equitativa durante a atividade. Apesar da escola pública ser inclusiva e os colegas não PCD's (Pessoas Com Deficiência) conviverem muito respeitosamente com os/as alunos PCD's, foi possível a inclusão de alunos/as autistas, quando foram pedidos para falar pelo(a) professor(a).

### Sugestão de Bibliografia

CARVALHO, José Jorge de. Carnaval: Realidade e miragem, injustiça e prazer. **Ciência Hoje.** Disponível em:

<https://cienciahoje.org.br/carnaval-realidade-e-miragem-injustica-e-prazer/> Acesso em 19 ago 2025.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Os cinco dados sobre a história do carnaval no Brasil que você não sabia. **National Geographic Brasil.** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2024/02/os-5-dados-sobre-a-historia-do-carnaval-no-brasil-que-voce-nao-sabia> Acesso em: 02 fev. 2025.

ALVES, Schirlei e SEMENTE, Marcella. Registros de estupros aumentam em 50% nos dias de carnaval. **Gênero e Número.** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/estupro-carnaval/>. Acesso em: 03 fev, 2025.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2025.

Importante deixar registrado que por estar há apenas um ano em uma nova escola e por ter passado por assédio sexual pelo coordenador da escola anterior e após a recusa veio o assédio moral, cheguei na nova escola bem tímida e receosa, não diferente do que sou, mas muito ressentida pelos pesos das perseguições que sofri, senti o gosto amargo de uma estrutura muito conservadora e machista, a escola. O fato de ter fortalecido meninas heteras

ou não e meninos gays, seja através de denúncias ao Ministério Público do Ceará junto ao grêmio da escola de 22 nomes de professores assediadores sexuais como no caso do #exposedfortal ou promovendo debate na sala dos professores sobre transfobia para reeducar nossos colegas professores, seja por anos reunindo com estudantes no Núcleo de Gênero para debater textos e fazer atividades na escola sem hora aula para esse trabalho. Confesso que planejei a aula de sociologia sobre Carnaval e Não é Não, sozinha e tentando encaixar nos programas exigidos para as avaliações bimestrais. Os colegas professores viram os cartazes pela escola, mas antes de colar pedi autorização do diretor e alguns professores elogiaram a iniciativa, mais as professoras mulheres, gostaram do tema e acharam que é importante ser trabalhado na escola. Confesso que a ideia dos cartazes era pra dizer a que veio a professora feminista e mesmo com muito cuidado quanto a exposição é parte importante a visibilidade do tema, demarcar espaços e apontar o que a escola deve cumprir esse papel. Trouxe alguns relatos de estudantes que mais me chamou a atenção:

Teve um alune trans, na sala do primeiro ano do ensino médio, turno da tarde, que com certeza é um alune menor de idade, que disse que sabe que transar na rua durante o carnaval ou não, é proibido, ela contou em sala que já presenciou um caso em que um policial, que deveria estar fazendo seu trabalho em garantir “a ordem” transou com uma colega dela, também trans, em uma rua deserta e do lado do carro da polícia. Esse foi o relato mais polêmico em que os alunos na sala passaram a gritar “iêihh” “iêihh”, “foi bem tu” e todos se agitaram, tive que intervir pedindo silêncio e com a volta da normalidade, apresentei argumentos sobre os erros de se transar na rua e trouxe um problema real que são as relações de poder em que as violências estão mais presentes, como no caso de um policial e uma pessoa trans. Eles compreenderam e pediram desculpas. Me surpreendi com o relato mas era exatamente a intenção do trabalho de discutir em sala, trazer a realidade deles para que possamos debater e construir juntos uma saída contra as violências durante o carnaval.

Outro aluno falou que sua irmã mais velha havia levado um tapa diante de um grupo de amigos durante o carnaval e que ninguém fez nada. Perguntei como ela ficou, se foi acolhida por alguém e ele disse “não professora, são namorados né, a gente não se mete”. Joguei a pergunta em sala sobre “e aí turma, quando uma mulher apanha do namorado ou marido, ninguém se mete, deixa apanhar mesmo?” As opiniões foram as mais diversas, mas a maioria disse que não, tem que se meter para não deixar matar, foi quando um aluno falou: “Professora, se for o chefe do tráfico ninguém se mete não!” Uma aluna trouxe um caso de uma colega que apanhava muito do marido e levou para o tribunal do crime e lá fizeram a separação do casal, deram alguns dias pro marido sair de casa e decidiram que ele pagaria

300,00 de pensão mensal pelos dois filhos, tudo isso para não chamar a atenção da polícia “nas zareas”. Sobre o tema tráfico ninguém fala mais do que contar relatos públicos, não discutem opinião sobre o tráfico ou sobre parentes de traficantes de forma alguma, por medo de retaliação, todos sabemos que na escola há filhos de traficantes, há traficantes ou os aviõezinhos, indivíduo que repassa drogas, pratica a venda de drogas, ou apenas transporta para alguém<sup>47</sup> esposas ou amantes de traficantes, então se reservam a falar apenas o trivial.

Outro aluno disse que era normal e que não tinha nada demais em pegar nos cabelos das meninas, durante o carnaval, mesmo que elas não gostassem. Esse aluno foi vaiado pelas meninas. Perguntei, “é certo puxar cabelo de meninas?” Todos disseram em coro “nãããooooo”.

Uma aluna falou que já foi alisada nas partes íntimas durante o carnaval e que “Isso era assim mesmo. Quem estava ali, na rua, era para estar consciente que muita coisa poderia acontecer”. Alguns concordaram e outros não concordaram com essa ação de passar a mão nas partes íntimas. Um outro aluno gritou “Professora, ela quis!” Começou uma outra agitação em sala, era com a turma do primeiro ano da manhã, e depois de vários pedidos de silêncio, fomos debater sobre o porquê de ninguém poder passar a mão em ninguém, sobre a autonomia e respeito do corpo da outra pessoa e que isso era violência.

Uma aluna disse que teve o celular roubado durante o carnaval e que nem havia percebido e que depois desse fato, ela não leva mais o celular quando vai pra folia de carnaval. Esse foi um comentário que não repercutiu debate. Só que o momento do carnaval exige muitos cuidados.

Muitos alunos relataram que o melhor do carnaval é o ‘mela mela’ e que está tudo bem. Teve uma aluna que disse que carnaval era festa do demônio e por isso a família não ia e nem deixava ela ir. Ficou nítido que ela era evangélica e foi apresentado que ninguém deve ser obrigado a nada, nem a gostar ou odiar o carnaval e que estava tudo bem.

Uma aluna disse ter ficado muito bêbada e duas amigas a beijaram no banheiro. Com esse relato trouxemos o debate que as violências estão por toda parte, que não há lugar seguro para as meninas e mulheres e que é sim errado beijo sem consentimento, vindo de quem for.

Um aluno disse que passou a noite no terminal do Papicu, com um grupo de mais três amigos, depois de uma festa de carnaval e não ter mais ônibus para voltar para casa. Disse

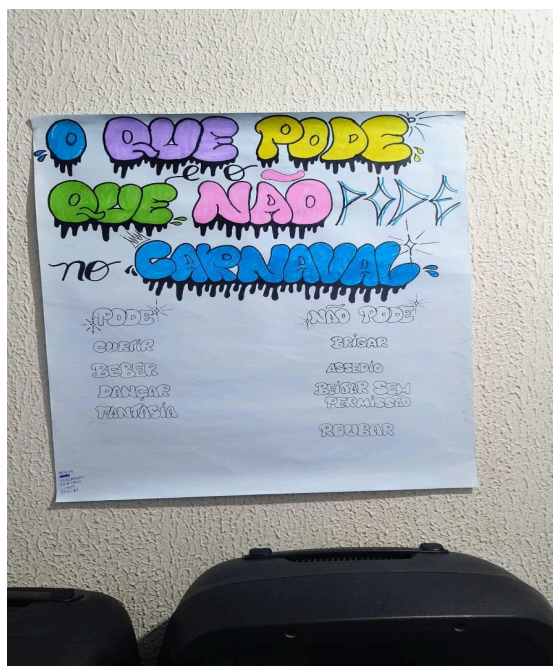
---

<sup>47</sup> Sobre os significados e gírias de detentos ou não detentos  
[https://arquivos.mppb.mp.br/Conteudo/caimp/Logistica/girias\\_detentos.pdf](https://arquivos.mppb.mp.br/Conteudo/caimp/Logistica/girias_detentos.pdf)



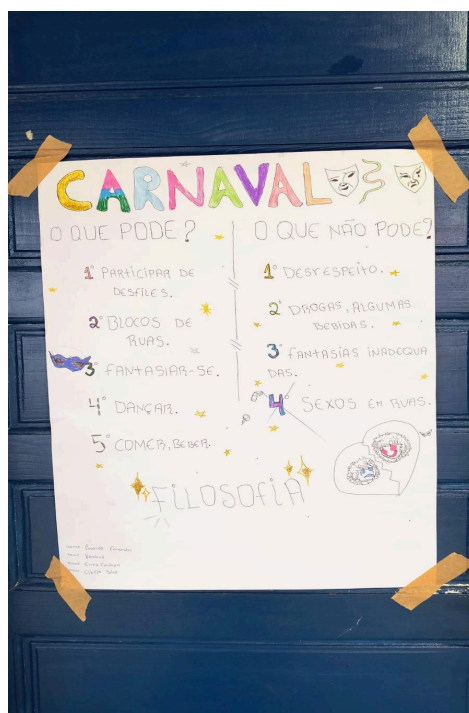
que foi uma situação constrangedora e que depois desse acontecido ficou mais receoso em perder a hora e busca brincar mais perto de casa.

**Figura 2** – Cartaz produzido por alunos: "O que pode e o que não pode no carnaval"



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

**Figura 3** – Cartaz produzido por alunos: "Carnaval - O que pode? O que não pode?"



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

## 4.2 Pensar sociológico nas disciplinas de Ciências Humanas

A segunda intervenção pedagógica refere-se à inserção, a cada conteúdo das disciplinas de ciências humanas, de trajetórias e experiências de mulheres no currículo escolar. Essa intervenção requer um trabalho de pesquisa permanente que segue ao longo de todo o ano letivo. Inspirada em diversos trabalhos acadêmicos, vamos encontrar uma edição na Revista Fronteiras: Revista de História com vários artigos apenas sobre gênero, educação e formação de docentes mulheres e as violências em sala de aula, no seu volume 22 e número 39 com subtítulo Gênero, Interseccionalidades e Ensino de História<sup>48</sup> sobre as ausências e invisibilidades de mulheres nos livros didáticos, o que leva a acreditar que as mulheres não são protagonistas na construção do nosso povo, da sociedade, da política e da história do nosso país.

No quadro abaixo apresento as inserções do tema gênero em alguns conteúdos e na sequência faço um breve relato de algumas dessas intervenções realizadas ao longo do conteúdo de Ciências Humanas.

**Tabela 3** – Intervenções realizadas ao longo do conteúdo de Ciências Humanas.

CONTEÚDO DIDÁTICO	INSERÇÃO DO TEMA GÊNERO
Independência do Brasil	Participação política de Dona Leopoldina e aspectos de sua trajetória pessoal
Pré-história	Problematização sobre patriarcado e naturalização da experiência no conteúdo do livro didático.
Ditadura Cívico-Militar	Mulheres perseguidas pela Ditadura. Censura no período militar. Misoginia em letras de músicas atuais.
Cangaço	A presença e participação das mulheres no Cangaço.
História do Brasil	Resistência Negra e a liderança de Tereza de Benguela.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2025.

A primeira refere-se a tema abordado no conteúdo de História do Brasil, para turmas do terceiro ano do Ensino Médio: Independência do Brasil. Incluímos o debate de

<sup>48</sup> Sobre o periódico que traz textos sobre gênero e educação <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/issue/view/428>

gênero, com atravessamento sociológico, a partir da apresentação e discussão sobre o papel de Dona Leopoldina, uma das principais articuladoras do processo de Independência do Brasil. A princesa austríaca, não foi apenas a primeira esposa de D. Pedro I e mãe de seus filhos herdeiros, mas foi uma importante articuladora política entre José Bonifácio e D. Pedro I para garantir os passos necessários à Independência do Brasil.

Além de visibilizarmos seu papel político, destacamos também aspectos de sua vida privada que são ainda menos discutidos e que trazem à tona problemáticas sociais que atravessam a vida social contemporaneamente. Nesse sentido, recuperamos, através de produções dos historiadores, como Mary Del Priore e Paulo Rezzutti, o relato de que a imperatriz Leopoldina viveu uma relação abusiva com o imperador D. Pedro I, que a agredia fisicamente e psicologicamente, passando por momentos difíceis de depressão devido a relação abusiva em seu casamento. Um fato que motivou reações das estudantes referiu-se à atribuição da morte precoce de Leopoldina a uma agressão que sofreu quando estava grávida, o que também levou ao abortamento.

Para estimular a discussão e reflexão, foram levados à sala de aula alguns artigos<sup>49</sup> sobre Dona Leopoldina e transmitidos em data show, já que não há uma linha em Livros Didáticos sobre essa realidade de vida e morte com destaque ao relacionamento abusivo ou o tema do aborto da primeira imperatriz do Brasil.

A aula contou com o silêncio da maioria dos estudantes homens, gerou algumas perguntas sobre a vida e o comportamento de D. Pedro I e porque Dona Leopoldina, tendo sido filha de um dos homens mais influentes e ricos da Europa, o rei da Áustria, não pediu ajuda. Gerou debates sobre aborto, mulheres serem entendidas como propriedade dos homens e algumas indignações por parte das estudantes mulheres. Ficou a dúvida se poderíamos afirmar se Dona Leopoldina foi vítima de feminicídio ou não, já que seu sofrimento, adoecimento e morte foram fruto das agressões físicas de seu esposo. Foram aulas muito curtas, no entanto, para a explanação do conteúdo e o debate gerado.

Essas discussões revelam a potencialidade da inclusão da abordagem de gênero em meio aos conteúdos do livro didático. Além da visibilidade da atuação política de Dona Leopoldina, o que é patente no livro didático, a exploração de sua trajetória levanta questionamentos e reflexões sobre aspectos estruturais da desigualdade de gênero que atravessam a vida das mulheres até contemporaneamente: a violência de gênero. Interessante notar como os estudantes levantam questionamentos sobre “ela não pedir ajuda”, algo que remete a um contexto de avanços e desnaturalização da violência de gênero no ambiente

---

<sup>49</sup> Sobre Dona Leopoldina <https://rainhastragicas.com/2014/12/11/a-morte-da-imperatriz-leopoldina/>

doméstico, fruto das lutas feministas redundando, inclusive, na aprovação de legislações como a 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Uma outra temática abordada, foi nas salas dos primeiros anos, no conteúdo de pré-história. Nessa oportunidade pudemos não apenas apresentar a ausência de mulheres no conteúdo sobre a pré-história, mas também identificamos que o livro didático, ao narrar um trecho sobre patriarcado, acaba por naturalizar a dominação masculina desde este período ao não apresentar nenhum tensionamento:

Com o tempo, foi estabelecida a figura do patriarca, escolhido entre os mais valentes e sábios chefes. Líder religioso e político, o patriarca tinha como uma das principais tarefas proteger a comunidade de ataques dos grupos rivais, que investiam contra as aldeias em busca de alimentos e de animais domesticados. (Vários Autores, 2020)

Diante desse achado no Livro Didático, como professora que utiliza a lente feminista para muitos aspectos, em especial sobre a dominação masculina, passei um trabalho de pesquisa, valendo nota avaliativa, para cada aluno/a, sobre o que é o matriarcado e se ainda existe nos dias de hoje. Foi percebido que o matriarcado é de difícil compreensão, pois muitos não conseguem imaginar mulheres no comando de uma sociedade, é quase uma fantasia, por isso ter sido importante trazer se há sociedades matriarcais nos dias de hoje. Trouxeram comunidades da Costa Rica, da China e da Ilha de Sumatra, mas mesmo assim como algo exótico e sem muito contexto com a realidade, não compreenderam o que seria a linhagem por nome das mães, foi explicado novamente para ficar dúvidas e foi preciso apontar comparações da vida de muitas famílias em que há mãe e avó no sustento nos dias de hoje apenas para exemplificar que é possível um não poder masculino em um núcleo familiar. Mas questões como a horizontalidade e o foco no cuidado, assim como a tomada de decisões de forma mais coletivas ficou de difícil compreensão para os alunos já que a construção de aprendizado deles ficou muito no referencial do poder, no controle e da força no aspecto mais relevante da dominação familiar e social pois o papel masculino é o mais naturalizado como característico de poder. Senti maior necessidade de pesquisar mais sobre o tema e mais tempo para trabalhar sobre ele, por ser de difícil desconstrução.

Um caso bastante comum, quando usamos a lente do feminismo é aguçar a criticidade sobre a construção dos papéis de gênero em nossa sociedade. Foi assim também na disciplina eletiva de nome Memória, Verdade e Justiça, oferecida às turmas de segundo ano do Ensino Médio, nos turnos da manhã e tarde. Foi apresentado em uma aula, as mulheres perseguidas, presas e torturadas na Ditadura Cívico Militar do Brasil, a aula transcorreu sem nenhuma novidade aparente.

Na aula da semana seguinte, cuja dinâmica foi trabalhar letras de músicas censuradas no período militar. A música trabalhada em aula foi Mosca na Sopa de Raul Seixas-1973, após analisar a letra da música censurada justificando o que não era aceito pelos militares, foi pedido para os/as estudantes apresentarem seus repertórios musicais da atualidade, em grande maioria as músicas apresentadas tinham letras misóginas.

Para os/as estudantes do turno da manhã, as aulas da eletiva funcionaram sem grande problema e eles/as aceitaram e até contribuíram no exercício que avaliava e desconstruía as letras misóginas que eles próprios trouxeram, o mesmo não aconteceu em uma turma do segundo ano da tarde, na qual um estudante, nitidamente liderança de um grupo de meninos, destes que “brincavam” de passar a mão nas partes íntimas uns dos outros, se xingam entre si como forma de tratamento e até chegam a sentar um no colo do outro, sugeriu a letra do Mc Negão, o nome da música é Medley de Igaratá 3 (Anexo). O estudante pediu para cantar lendo a letra pelo celular, permiti e muitos acompanhavam passagens da letra da música que reforçava o estereótipo de “meninas putas”, cantou livremente, mas quando chegamos na parte de análise da letra da música o estudante não gostou, se sentiu contrariado pelas reflexões propostas por mim, professora e mulher, na frente de seus colegas homens, e passou a me afrontar várias vezes, buscando interditar a minha fala. Nesse episódio, restou retirar o estudante para fora da sala e levá-lo até a gestão, para poder continuar meu trabalho em sala de aula.

O momento ficou muito tenso, tornando difícil recompor a aula com a turma, foi um episódio de várias violências simbólicas que antecederam até extrapolar para a violência verbal. Durante o acontecido os alunos ficaram calados e não intervieram, nas aulas seguintes o aluno voltou a não mais assistir minhas aulas e a turma ficou mais participativa.

Esse episódio aconteceu no final de março e início de abril de 2025. Levei o ocorrido para o grupo de docentes, na sala dos professores, e descobri que o referido estudante já havia enfrentado outras professoras, todas mulheres. Comprovando o quão difícil é estar na escola, em especial para as meninas e mulheres, sejam estudantes ou professoras. Nos dando a certeza de que precisamos de apoio e de combate ao machismo e à misoginia de forma permanente. O núcleo gestor, na fala de um coordenador homem, em determinado momento disse-me que eu havia “aberto flanco” ao abordar gênero, ou seja, estamos sozinhas nessa caminhada difícil e dolorosa. Essas violências têm adoecido muitas de nós, professoras mulheres.

Um outro tema que rendeu avaliação valendo nota de trabalho, foi sobre o Cangaço. Foi abordado os personagens homens que um ou outro aluno já ouvira falar como

Lampião e Corisco, porém para abordar a participação das mulheres no cangaço, foi necessário um plano de aula específico. Cujo objetivo era prevenir de possíveis ataques e questionamentos ao abordar mulheres como, fuga do tema, como deu a entender o coordenador escolar no caso anterior sobre o trabalho com a letra de música.

Todos os conteúdos abordados em sala de aula ao qual viesse a colocar as questões de gênero, me obrigava a fazer um plano de aula para me assegurar de quaisquer argumentos contrários a importância dada a pauta de gênero, já que nossos colegas professores e gestão escolar, em sua maioria, continuam no viés senso comum da normalização do machismo que trata de ausências de mulheres nos conteúdos didáticos como algo normal e quem levanta a bandeira é vista como exagerada.

Apresento a seguir o plano de aula e na sequência apresento breve relato sobre as repercussões da aula.

**Tabela 4** – Plano de aula: Mulheres no movimento do cangaço.

<b>Objetivo Geral:</b> apontar a relevância da participação de mulheres no movimento Cangaço que eclodiu no início do século XX, no sertão nordestino.
<b>Objetivos Específicos:</b> desconstruir o estereótipo da mulher cangaceira como "companheira" ou "namorada" passiva, mostrando-as como agentes ativas; apontar o que as levaram ao engajamento neste movimento e como era a vida das mulheres nordestinas no início do século XX.
<b>Conteúdo:</b>  a) apresentar o contexto social do país e do Nordeste no início do século XX, o cangaço como uma reação a situação de desigualdades e injustiça;  b) apontar a submissão feminina como uma regra social a ser desconstruída através da história de Maria Bonita, que fugiu de um casamento arranjado indo parar no cangaço, como espaço de rebeldia e liberdade para algumas mulheres cangaceiras.
<b>Metodologia:</b>

Inicialmente na aula, apresenta-se matéria<sup>50</sup> com entrevista da jornalista e escritora Adriana Negreiros que escreveu o livro biográfico ‘Maria Bonita: Sexo, Violência e Mulheres no Cangaço’. Na sequência são apresentadas num datashow imagens, para compensar as ausências deste conteúdo nos livros didáticos. Maria Bonita não foi apresentada de forma romantizada ou como uma mulher feminista, mas uma mulher rebelde e transgressora e que aceitou o rapto de outras mulheres que se tornaram cangaceiras.

**Avaliação para nota:** os estudantes devem pesquisar, em casa, e trazer por escrito alguma outra personagem mulher que participou do cangaço e o quê as motivaram a fazer parte do cangaço. Foi indicada para as turmas a série “Maria e o Cangaço”.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2025.

Aqui a aula teve um aspecto de curiosidade, um tema nunca visto por eles, até porque não é um conteúdo exigido em avaliações externas e totalmente inexistente no livro didático. O trabalho passado para ser pesquisado era breve e sucinto já que há poucos registros sobre mulheres cangaceiras e muitas controversas sobre a vida dessas mulheres, porém a violência de gênero é um elemento existente pois o cangaço é um reflexo da sociedade. Um dos nomes trazidos no trabalho foi o de Lídia, companheira de Zé Baiano e morta por ele devido uma traição com outro cangaceiro, Bem Te Vi. Lídia, conhecida como “a mais bela das cangaceiras”, foi amarrada durante toda a noite e de manhã foi morta a pauladas por seu companheiro. Algumas regras de conduta moral foram apresentadas com os nomes que surgiram e a imagem de cangaceira visto com algo não muito bom, a exemplo de Durvinha, uma outra cangaceira que entrou no bando apaixonada por um cangaceiro onde veio a ter filhos e pela regra do bando, filhos não podiam ser aceitos pois a vulnerabilidade de um bebe poderia deixar rastros de fácil identificação, como o choro e adoecimentos a uma situação de vida bastante conflituosa de enfrentamentos com a polícia. O companheiro de Durvinha foi morto em combate e por outra regra do cangaço viúva não poderia sair do cangaço e continuando nele teria que se juntar com outro cangaceiro, e assim foi feito. O nome mais presente nos trabalhos foi o da própria Maria Bonita, já apresentado pela professora, mas por ter mais elementos de pesquisa na internet, foi o mais fácil de ser abordado. Maria Bonita, também conhecida como a Rainha do Cangaço, foi a primeira mulher a entrar no movimento e uma das poucas que sabia ler e escrever, fugida de um

<sup>50</sup> Sobre Cangaço e Maria Bonita: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45304399>

casamento bastante conturbado Maria Bonita, mesmo tornando-se companheira do principal representante do cangaço, Lampião, Maria desempenhava funções como costura, lavanderia, cozinha e espionagem, o uso de armas era só em último caso.

O retorno dos nomes pesquisados para a aula seguinte foi a parte mais interessante do aprendizado, foi onde pudemos questionar a pauta moral que mais incomodou os estudantes e trazer para o debate com comparações das mudanças ou permanências da vida das mulheres na atualidade. Não houve romance no trato da vida dessas mulheres, apresentado muitas vezes como uma vida de liberdade e aventuras.

Para encerrar o primeiro semestre de 2025 e o conteúdo sobre História do Brasil no período colonial, além de apresentar a formação do Brasil, com invasões europeias, exploração de povos indígenas e africanos, dedicamos uma aula sobre Resistência Negra, apresentando a liderança negra Tereza de Benguela. Aqui também trabalhamos com um plano de aula mais detalhado.

**Tabela 5 – Plano de aula: a liderança feminina em Tereza de Benguela**

<b>Plano de Aula (50 min)</b>
<b>Objetivo Geral:</b> Apresentar o protagonismo do povo negro contra a escravização de pessoas e como as mulheres negras cumpriram papéis preponderantes para a luta contra a escravidão.
<b>Objetivos Específicos:</b> Conhecer Tereza de Benguela e sua história como uma liderança mulher; identificar os quilombos como um espaço de resistência e convivência coletiva com organização social, política e econômica a exemplo do Quilombo do Quariterê; Conhecer a Lei 12.987/14 <sup>51</sup> que estabelece o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.
<b>Metodologia:</b> Inicia-se a aula perguntando aos alunos o que eles sabem sobre os quilombos no Brasil. Após a indicação de nomes por eles, como Zumbi dos Palmares. Seguem-se mais perguntas sobre se sabiam sobre outros nomes de lideranças de quilombos. Nesse momento, é importante observar o provável desconhecimento, e, a partir disso, ir apresentando Tereza de Benguela, mulher líder de quilombo, que durante vinte anos administrou, inclusive militarmente, o

<sup>51</sup> A Lei sobre o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm)



Quilombo do Quariterê no Mato Grosso. Deve-se apresentar imagens de quilombos e uma representação de Tereza de Benguela por Data Show para ajudar a materializar a percepção e compreensão do conteúdo.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2025.

O tema de gênero interseccionou com o debate racial, algo já bastante trabalhado na escola, se comparado com a temática de gênero, a própria Secretaria da Educação Ceará vem estimulando professores e gestores a trabalharem o tema da racialidade, ofertando um selo de Escola Antirracista, movimento esse que inexistia quando a pauta é gênero. Os alunos citaram casos de racismo que enfrentaram fora de casa. Um deles disse ter sido seguido por seguranças em um shopping da cidade.

Destacamos que essa segunda intervenção didática está assumindo os contornos de uma proposta do projeto pedagógico, considerando sua permanência e as possibilidades sempre em aberto de trazer o tema de gênero para os conteúdos do livro didático. Nossa proposta, segue durante todo o ano letivo, apresentando mulheres na História, na Filosofia, na Sociologia e Geografia, nos temas científicos sobre essas disciplinas, tentando apresentá-las como personagens importantes na construção histórica e social do nosso povo. Essa iniciativa visa contribuir para maior visibilidade das trajetórias de mulheres e seu entrelaçamento com as construções histórico-sociais. Tal iniciativa parte da compreensão sobre a importância de combater a violência contra as mulheres que muitas vezes se perpetua através de imagens estereotipadas que desconsideram as suas representações políticas importantes.

Entendemos, por fim, que quanto mais discutimos gênero, mais ampliamos as possibilidades de engajamento e organização para o enfrentamento ao machismo e suas diversas formas de objetificação e desvalorização das experiências das mulheres, algo que ocorre em diversos espaços da vida social e também no ambiente escolar, desde as suas relações de poder (muitas vezes abusivas, como vimos no caso do #exposedfortal) até as ausências e invisibilidades nos materiais didáticos. Combater o machismo exige esforços de desnaturalização em diversos âmbitos: simbólico, físico, moral e psicológico, que se expressam cotidianamente nos modos de pensar e agir em nossa sociedade.

## 5 CONCLUSÃO

Chegamos à conclusão deste trabalho, após alterações no percurso investigativo e de intervenção, mantivemos o núcleo central de nosso interesse: pensar o espaço escolar como relevante e estratégico para a ampliação dos debates sobre gênero e as iniciativas de enfrentamento e combate ao machismo.

Percorremos inicialmente uma recuperação fundada em nossa trajetória como docente, especialmente, nossa identificação e entusiasmo pela mobilização juvenil nos espaços escolares, com destaque para o protagonismo de meninas. Esse encontro dos feminismos nas escolas ganharam impulso expressivo com a mobilização do #exposedfortal. Inspirado em muitos movimentos cibernéticos, o #exposedfortal nos pareceu uma oportunidade ímpar para abrir os caminhos para uma discussão profunda sobre gênero no espaço escolar. No entanto, não foi isso que ocorreu no plano mais cotidiano da vivência escolar. Apesar de repercussões mais gerais, normativas e político-educacionais definidas pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), pessoalmente vivemos um processo doloroso, que redundou em nossa saída da escola em que atuamos por muitos anos e na qual havíamos constituído o Núcleo de Gênero.

Em meio aos refluxos e início em uma nova escola, decidimos por retomar nosso compromisso ético-político com a discussão de gênero e enfrentamento ao machismo a partir de iniciativas menores e mais dedicadas ao espaço da sala de aula, numa proposição de diálogo com o conteúdo do livro didático. Desse processo planejamos e realizamos duas intervenções didáticas.

A primeira delas que dialogava diretamente com nosso tema de interesse prévio: assédio. Aproveitamos o período carnavalesco e a proximidade com o 8 de março e promovemos uma discussão sobre o tema, buscando construir com os/as estudantes uma compreensão do fenômeno que contribuísse para desnaturalizar muitas formas de interação afetiva no contexto do carnaval, mas que obviamente se estendem para além dele. A atividade teve bastante engajamento, especialmente, no momento de produção de cartazes para afixar no ambiente escolar.

A segunda intervenção, que tem caráter mais permanente, e vem se estendendo ao longo do ano letivo, refere-se à inclusão de uma lente de gênero nos conteúdos previstos no livro didático. Essa ação demanda bastante pesquisa e planejamento, tendo em vista que a abordagem se dá, obviamente, de modo a complementar o conteúdo sob a perspectiva de gênero, dando ênfase às trajetórias de mulheres na construção socio-histórica e política da

nação. Nesse caso, o engajamento, discussões e recepções dos estudantes são mais variáveis, a depender do conteúdo. Determinados temas são mais “sensíveis” e afetam mais aspectos tensionadores na sala de aula. Com essa experiência também já é possível vislumbrar os campos de resistência a iniciativas de gênero seja entre estudantes, seja entre colegas docentes e a gestão escolar.

Finalizamos o trabalho, reforçando a noção de que o combate ao machismo é uma luta multifacetada, que envolve aspectos simbólicos, físicos, morais e psicológicos, e que a escola tem uma responsabilidade social fundamental nesse processo de reeducar uma sociedade mergulhada na misoginia. Esse estudo permitiu, através dos textos bibliográficos como os de Silvia Federici, e as ações de lutas de meninas estudantes, identificar que por mais que o capitalismo não tenha gerado o machismo, o machismo é parte fundante do capitalismo e que portanto nossa sociedade baseada na dominação de corpos de meninas e mulheres precisa encarar que há uma estrutura que para ser combatida precisa ser enfrentada como se enfrenta uma guerra, estamos em desvantagens e que mulheres morrem apenas por ser mulheres, mas o desejo de mudanças emerge nas escolas e fora delas e não pode ser que a escola reproduza o status quo de opressão secular.

O texto reforça a ideia de que é necessário a transformação do ambiente escolar em um espaço seguro e democrático, que depende do engajamento dos estudantes, mas principalmente das secretarias de educação, de gestores e professores que precisam adotar medidas pedagógicas e institucionais mais eficazes. O assédio sexual é uma prática inaceitável na educação, é objetificação e controle de corpos e o poder docente não pode nunca transpor esse limite. O trabalho sugere que a conscientização e a valorização do protagonismo feminino, seja através das lutas feministas ou quaisquer outras que questionem a opressão e a dominação são passos cruciais para desconstruir o machismo e promover uma sociedade mais justa.

Professores precisam de formação de gênero nas licenciaturas, precisamos de mais tempo para planejar aulas envolventes e críticas que superem as ausências nos materiais didáticos, um terço de tempo da carga horária para planejamento não garante um bom planejamento, mas também precisamos compreender que o ciberativismo existe e veio pra ficar como uma ferramenta de uso da juventude, portanto as escolas precisam adotar métodos pedagógicos nos espaços cibernéticos com materiais educativos contra o machismo, ficando como tarefa criar uma página no instagram como fizemos com Núcleo de Gênero Stefhani Brito<sup>52</sup>, utilizando como espaço informativo de biografias de mulheres protagonistas utilizadas

---

<sup>52</sup> Página do Núcleo de Gênero no instagram [https://www.instagram.com/nucleo\\_stefhani/](https://www.instagram.com/nucleo_stefhani/)

durante as aulas e outras atividades importantes que sejam desenvolvidas na escola e dizem respeito às questões de gênero.

## REFERÊNCIAS

BENHABIB, Seyla(org.). **Debates feministas: um intercambio filosófico**. Tradução Fernanda Veríssimo; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOLESINA, Iuri; et al. **A prática de Exposed na internet e a configuração da conduta como abuso de direito**. Cadernos de Direito – São Paulo - volume 20, número 39, pag (97-106), jul -dez. 2021. ISSN Eletrônico: 2238-1228.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. tradução Maria Helena Kühner. - 11ª ed. - Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. trad. Renato Aguiar. 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CEARÁ. LEI Nº17.253, 29.07.2020 (D.O. 30.07.20). **Comissão de Proteção e Prevenção à Violência contra a Criança e Adolescente**. Fortaleza, Ceará, jul, 2020.

CNTE. **Nota Pública: Com cortes no orçamento, como fica a Pátria Educadora?**

Disponível em:

<https://cnte.org.br/noticias/nota-publica-com-cortes-no-orcamento-como-fica-a-patria-educadora-340f> . Acesso em: 02 de fev. 2025.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. SciELO - Biblioteca Científica Eletrônica Online; Educ. Soc. 28 (100), São Paulo: Out 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>. Acesso em: jan. 2025.

ELOY, Denise. **As ocupações estudantis e a gestão democrática no Ensino Médio**. Nova Escola.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução Heci Regina Candiani. – 1ªed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**.50 ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio.Educação e a crise do capitalismo real.5ªed.- São Paulo, Cortez,2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais.In: JANTSCH, Ari Paulo. BIANCHETTI (ORGS). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 9 ed. Petrópolis; Vozes, 2011.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla; São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Erguer a Voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo; São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, Adeus professora? Novas tecnologias educacionais e profissão docente. / José Carlos Libâneo, 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2011 – (Coleção Questão da Nossa Época; v.2)

JOVENS Usam Redes Sociais Para Denunciar Abusos de Professores Dentro de Sala de Aula. **Globo**, 12 de jul de 2020. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/07/12/jovens-usam-redes-sociais-para-denunciar-abusos-de-professores-dentro-da-sala-de-aula.ghtml> Acesso em: 07 jun 2023.

MAGNO, Alan. ExposedSobral: MP Investiga Denúncias de Assédio e Abusos Sexuais. **O Povo**. Fortaleza, 26 jun 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/06/26/exposedsobral--mp-investiga-denuncias-de-assedio-e-abusos-sexuais.html> Acesso em: 18 de jun 2023.

MAIO, Eliane Rose(org.) **Gênero e Sexualidade: interfaces educativas**. 1ªed. – Curitiba:Appris, 2018.

MELO, Débora. Mulheres Organizam Marcha Em Mais de 20 Cidades Pelo Direito de Fazer Parto em Casa. **UOL**. São Paulo, 16 de jun de 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/15/mulheres-organizam-marcha-em-mais-de-20-cidades-pelo-direito-de-fazer-parto-em-casa.htm> Acesso em: 09 jun 2023.

MELO, Bárbara. Porque voto Dilma. **Ubes**. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2014/porque-voto-dilma/> Acesso e 10 de fev, 2025.

MELO, Emanoela Campelo de. #ExposedFortal Como o MPCE Chegou aos 15 Acusados Por Crimes Sexuais Que Envolveram Alunos e Professores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 de set 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/exposedfortal-como-o-mpce-chegou-aos-15-acusados-por-crimes-sexuais-que-envolveram-alunos-e-professores-1.3140460> Acesso em 23 mai 2023.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares – São Paulo:Boitempo,2005.

MORAES, Camila. #MeuAmigoSecreto Nova Investida Feminina Contra o Machismo Velado. **ElPaís**. São Paulo, 26 nov 2015. ElPaís Brasil. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683\\_866934.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683_866934.html) Acesso em: 19 jun 2023

MPCE, Ministério Público do Ceará. **Lei Nº 17.253/2020 – Comissões de Prevenção e Proteção à violência de Crianças e Adolescentes nas Escolas**. 2020. Disponível em < <https://mpce.mp.br/institucional/centros-de-apoio-operacional/caoeduc/kits-de-atuacao/kit-lei-17253-2020-comissoes-de-prevencao-e-protecao-a-violencia-de-criancas-e-adolescentes-nas-escolas/#:~:text=Adolescentes%20nas%20Escolas-,Lei%20N%C2%BA%2017.253%2F2020%20%E2%80%93%20Comiss%C3%B5es%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20P>

rote%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0,privada%20do%20Estado%20do%20Cear%C3%A1.  
> Acessado em: 20 de abr de 2025.

MPCE, Ministério Público do Ceará. **MPCE conclui operação que apurou crimes sexuais.** 2022. Disponível em: <  
<https://mpce.mp.br/2022/05/mpce-conclui-operacao-que-apurou-crimes-sexuais/> > Acessado  
em: 20 de abr de 2025.

O QUE A CAMPANHA #MeToo conseguiu mudar de fato? **BBC**, 21 de maio de 2018. BBC  
News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44164417>. Acesso em:  
08 jun. 2023.

PELLEGRINO, Antonia. MeToo Transformou Compreensão do Assédio Mas Há Muito a Se  
Fazer. **UOL**. São Paulo, 05 dez 2022. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/12/metoo-transformou-compreensao-do-assedio-mas-ha-muito-a-se-fazer.shtml#:~:text=O%20trabalho%20extraordin%C3%A1rio%20de%20Kantor,o%20que%20%C3%A9%20ass%C3%A9dio%20sexual> Acesso em: 05 jun 2023

POSSAS, Lídia. ” Ela Disse”, **testemunho de mulheres que sofreram assédio sexual!!!**  
Cultura e Gênero, Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero, LIEG. Marília; 30 de  
nov de 2019. Disponível em:  
<https://www.culturaegenero.com.br/ela-disse-testemunho-de-mulheres-que-sofreram-assedio-sexual/> Acesso em: 30 de jan 2025.

REDAÇÃO. **#ExposedFortal: jovens relatam supostos assédios de professores da Capital em perfil no Instagram.** Disponível em:  
<<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/exposedfortal-jovens-relatam-supostos-assedios-de-professores-da-capital-em-perfil-no-instagram-1.2959021>>. Acesso em: 25 jun.  
2023.

REDAÇÃO. **#ExposedFortal: psicólogos e pedagogos apontam para os impactos de assédios na formação de vítimas.** Disponível em:  
<<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/exposedfortal-psicologos-e-pedagogos-apontam-para-os-impactos-de-assedios-na-formacao-de-vitimas-1.2959007>>. Acesso em: 25  
ago. 2024.

RIOS, Flávia e LIMA, Márcia(org.). **Por um Feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/Lélia Gonzalez.** 1ªed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROSSI, Marina. Ana Julia e o emotivo discurso que explica os protestos nas escolas ocupadas. **Instituto Humanitas Unisinos [online]** , Rio Grande do Sul, 28 Outubro 2016. Notícias. Disponível  
em:<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/561739-ana-julia-e-o-emotivo-discurso-que-explica-os-protestos-nas-escolas-ocupadas>. Acesso em: 04 de fev de 2024.

SILVA, Ortiz Coelho; et al. **#Exposed: Como a Discussão de Gênero Em Sala de Aula Pode Ajudar a Combater o Assédio Sexual nas Escolas.** Atena Editora – Ponta Grossa – PR, Vol. 4, pag (01-16).Data de aceite: 01/03/2021 Data da submissão: 07/12/2020. Disponível em:

[https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602125806\\_ARQUIVO\\_862bc129b16a236e0dcf94b21a50e0a5.pdf](https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602125806_ARQUIVO_862bc129b16a236e0dcf94b21a50e0a5.pdf) Acesso em: 07 jun 2023.

SNYDERS, Georges. **Escola, Classe e Luta de Classes**. Tradução Leila Prado. – São Paulo: Centauro, 2005.

TAVARES, Viviany R. S.; BARBOSA, Bruno. R.; SANTOS, Flávia M. O Uso Das Redes Sociais Como Meio De Mobilização Social nos protestos nacionais de junho de 2013. 2013. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/viewFile/3457/20263>. Acesso em: 10 de abr. de 2020.

Vários Autores. Obra em 6 v. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. -1ª ed.- São Paulo: Moderna, 2020.



## APÊNDICE A: LETRA DA MÚSICA “MEDLEY INGARATÁ 3” DE MC NEGÃO

### Letra da Música Medley de Igaratá 3’- 2025

Mc Negão

É nós memo'  
 Pensou que eu não ia mandar?  
 É Medley de Igaratá 3, caralho!  
 Aê, já vamo juntar todas as puta  
 Presente no bagulho aí, falou, mano?  
 Aê, Ana! Aê, Thainá! E aê, Anny Alves!  
 Aê, Júlia Calsing! E aê, Beatriz, cadê a Carol?  
 Cês tá ligada que nós subiu o voucher, né? (Vem)  
 Que o cordão do Dimi é só na testa de vocês  
 Aê, Sub da Leste  
 Posta essa porra que a putaria começou, caralho, vai  
 Nós é a final da net, deixamo várias famosa  
 Sobe o voucher da Aninha nas página de fofoca  
 Hoje é 2T no Vitrinini, a Thainá zerou a trend  
 Levou a amiga pro baile (vem)  
 Pra dançar no pau da gente  
 Quarto escuro, vida rasa, barulho de trem da porra  
 Patricinha foi flagrada na Porsche de pouca roupa  
 Nino quer saber de nada, solteiro, quer que se foda  
 Nunca foi truta do cara, então receba o seu doce  
 O Neguinho puxou o bonde, comeu todas da cidade  
 Joãozinho perigoso no dix da Rafa Walker  
 Lá no grupo dos mais-mais, tem as puta de verdade  
 Manda vídeo cavalgando, vivendo na mão dos drake'  
 Eu sou uma menina que tem respeito  
 Por mim mesma, sabe?  
 Eu sou uma menina de família  
 Então eu nunca me submeteria a esse tipo de coisa  
 A Ana ficou terrível, ativou o modo Bia Miranda  
 A Nicole odeia pod, mas ela bafora um lança  
 Nós te quebra, te devolve pro frango que te ama  
 Te leva pra Igaratá pra você transar e andar de lancha  
 A Ana ficou terrível, ativou o modo Bia Miranda  
 A Nicole odeia pod, mas ela bafora um lança  
 Nós te quebra, te devolve pro frango que te ama  
 Te leva pra Igaratá pra você transar e andar de lancha  
 Aê, gordinho, máximo respeito, hein, bigode?  
 Encostei aqui no Restaurante Bololô (deixa elas vim)  
 As coisa tá mais pra frente (deixa elas vim)  
 Hein, bigode?  
 Cheguei pra comer um carbonara  
 Do nada, eu trombei a Bolzani, a Angelotti

A Juju Minez na mesma mesa  
 Quando olhei pro lado 'tava a Jéssica, na outra mesa?  
 O Baianinho saiu (deixa elas vim)  
 Nem um mês (deixa elas vim)  
 E já tá passando geral com uma pá de puta  
 Morena de harmonização, bebe gin e dá uns trago  
 Com a loira do peitão que transou com o Enzo no carro  
 Tá com a japa que chupou  
 O DJ André no barraco (deixa elas vim, deixa elas vim)  
 Mais de cinco vagabunda pra cada um aliado  
 Bico do peito durinho marca a blusa da Thaís (ai, ai, ai)  
 Bunda grande pra caralho que mastiga a calça jeans  
 O Onbongo tá com outra  
 Agora é a Laís (deixa elas vim, deixa elas vim)  
 Pisa na cabeça dela que ela é puta raiz  
 Já deu pro Drake, pro Kabrinha, agora quer o 7D  
 Vem pra luz, conhece todas que tem o grande tetê  
 O Bessa saiu do gelo, comeu a amiga da Alê  
 Bebezão que fode muito dropada de MD  
 Já deu pro Drake, pro Kabrinha, agora quer o 7D  
 Vem pra luz, conhece todas que tem o grande tetê  
 O Bessa saiu do gelo, comeu a amiga da Alê  
 Bebezão que fode muito dropada de MD (ai, ai, ai)  
 Caralho!  
 Aê, aqui só tem puta gostosa, hein?  
 A Andreia chupa muito  
 A Raquel é sem-vergonha, cavala pra caralho  
 A Bianca, nem guindaste tira de cima do bagulho  
 Tá ligado?  
 Aê, mais nove ponto no Cartola  
 Faz um boquete molhadão, geme com meu pau na boca  
 Depois senta pro cumpade', vê se deixa eu comer outra  
 A Andressa pôs peitão, mas já era uma cachorra  
 Dá seu chá de bucetão pra minha quadrilha toda  
 A Juju dá mó atenção no boquetão  
 Não deixa borrar a make, chupa todo o garotão  
 A Juju dá mó atenção no boquetão  
 Não deixa borrar a make, chupa todo o garotão  
 E aê, meu mano? E aê, MR? É, cês zerou o game, né?  
 Aê, forte abraço na geral, aê, L-Boy, aê, Will  
 Aqui é nove ponto na Cartola, cê sabe, né, pro time  
 Aê, mano K, referência, certo, mano?

Aê, Gordinho, a nata de tudo é nóis,  
 cê tá ligado

O resto é boroca, satisfação, falou?